

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Programa de Pós-Graduação em Economia

Iago Esturião Mendes

ENVELHECIMENTO ATIVO NO BRASIL URBANO: A RELAÇÃO
ENTRE AS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E OS
PADRÕES DE PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Belo Horizonte
2025

Iago Esturião Mendes

ENVELHECIMENTO ATIVO NO BRASIL URBANO: A RELAÇÃO
ENTRE AS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E OS
PADRÕES DE PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Dissertação apresentada ao programa de
Programa de Pós-Graduação em Economia da
Universidade Federal de Minas Gerais como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Economia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Hermeto.

Belo Horizonte

2025

Ficha catalográfica

M538e Mendes, Iago Esturião.
2025 Envelhecimento ativo no Brasil urbano [manuscrito]: a relação
entre as desigualdades socioeconômicas e os padrões de participação
no mercado de trabalho / Iago Esturião Mendes. – 2025.
1v.: il.

Orientadora: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia.

1. Mercado de trabalho - Teses. 2. Envelhecimento - Teses. 3.
Economia – Teses. I. Oliveira, Ana Maria Hermeto Camilo de. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento
e Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 330

Elaborado por Rosilene S. Santos CRB-6/2527
Biblioteca da FACE/UFMG. – RSS/070/2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

ENVELHECIMENTO ATIVO NO BRASIL URBANO: A RELAÇÃO ENTRE AS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E OS PADRÕES DE PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

IAGO ESTURIÃO MENDES

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 04 de julho de 2025, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira (Orientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Bernardo Lanza Queiroz (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Danielle Carusi Machado (Universidade Federal Fluminense/UFF)

Belo Horizonte, 04 de julho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Lanza Queiroz, Professor do Magistério Superior**, em 07/07/2025, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 07/07/2025, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Carusi Machado, Usuária Externa**, em 07/07/2025, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, conjuntamente a todos os professores e professoras, assim como aos demais trabalhadores da Faculdade de Economia, pelo acolhimento e pelas possibilidades de aprimoramento acadêmico que me proporcionaram durante esta etapa. Desdobro esses agradecimentos à Universidade Federal de Minas Gerais e, pelo financiamento durante o curso, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ambos essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Em especial, agradeço à minha orientadora, Ana Maria Hermeto, pelo acolhimento, pelo trato gentil e pela paciência, não só na construção deste trabalho, mas durante todo o curso. As interações contigo tornaram toda a teoria, a econometria e a vida mais leves e mais fáceis de compreender. Por fim, agradeço aos familiares, amigos e amigas que, de alguma maneira, me apoiaram durante esta jornada.

*De fato, a imagem de um fim apoteótico
parece esperançosa quando colocada ao lado
de imagens da vida sob um nevoeiro tóxico.
Afinal, nada acaba simplesmente.*

Elizabeth A. Povinelli

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar as associações entre as condições sociais e econômicas da população mais velha e seus padrões de participação no mercado de trabalho, considerando os recortes de raça e gênero no Brasil urbano. Procurou-se investigar de que forma essa relação se transformou ao longo do tempo em função das crises econômicas e das reformas institucionais que impactaram a economia brasileira entre os anos de 2013 e 2023. Como hipótese, buscou-se verificar a ocorrência de um processo de polarização entre os mais velhos. Tal fenômeno se manifestaria, por um lado, pela participação motivada pela necessidade econômica e financeira do domicílio, relacionada ao trabalho do indivíduo analisado. Por outro, entende-se que os domicílios com rendas mais elevadas também concentram as melhores condições e oportunidades de ocupação. Dessa forma, tanto a base quanto o topo da distribuição de renda tenderiam a apresentar as maiores taxas de participação, ainda que por razões distintas. Através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), a combinação da análise descritiva com as estimações de diferentes modelos econométricos permitiu identificar as desigualdades por raça e gênero, bem como os efeitos das variáveis explicativas sobre a probabilidade de participação e sobre a qualidade ocupacional dos mais velhos ao longo do tempo. Os resultados evidenciam que a permanência em atividade no mercado de trabalho após os 54 anos é fortemente mediada pelas condições sociais e econômicas acumuladas ao longo da trajetória de vida. Os efeitos dos rendimentos dos outros membros do domicílio demonstraram que, para além da necessidade, há motivações e condições mais favoráveis que sustentam a permanência no mercado entre os mais privilegiados, o que, somado aos efeitos encontrados para o grupo intermediário da distribuição, constitui um dos principais indícios da ocorrência da polarização entre os mais velhos. Essa polarização caracteriza-se pelo distanciamento dos grupos mais favorecidos, enquanto base e meio permanecem relativamente homogêneos entre si. Ao longo do tempo, observou-se uma leve atenuação do papel da renda do não trabalho como fator de desincentivo à participação, bem como uma aproximação dos retornos educacionais entre os diferentes grupos sociodemográficos. Além disso, intensificaram-se os efeitos negativos associados à informalidade, ao passo que a ocupação por conta-própria passou a se aproximar, em alguns casos, das ocupações formais. Tais mudanças indicam potenciais reconfigurações nas formas de participação dos mais velhos, ainda marcadas pela persistência das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro.

Palavras-chave: envelhecimento ativo; mercado de trabalho; desigualdades.

ABSTRACT

This study aimed to identify the associations between the social and economic conditions of the older population and their patterns of labor market participation, taking into account the intersections of race and gender in urban Brazil. It sought to investigate how this relationship has changed over time as a result of economic crises and institutional reforms that affected the Brazilian economy between 2013 and 2023. As a hypothesis, the study aimed to verify the occurrence of a polarization process among older individuals. This phenomenon would manifest, on the one hand, through participation driven by the economic and financial needs of the household, related to the work of the individual analyzed. On the other hand, it is understood that households with higher incomes also concentrate the best conditions and opportunities for employment. In this sense, both the bottom and the top of the income distribution would tend to show the highest participation rates, albeit for different reasons. Using data from the Continuous National Household Sample Survey (PNADC), the combination of descriptive analysis with the estimation of different econometric models made it possible to identify inequalities by race and gender, as well as the effects of explanatory variables on the probability of participation and on the occupational quality of older individuals over time. The results show that remaining active in the labor market after age 54 is strongly mediated by the social and economic conditions accumulated over the life course. The effects of net household income showed that, beyond necessity, there are motivations and more favorable conditions that support continued participation in the labor market among the more privileged, which, combined with the effects found for the middle group of the distribution, is one of the main indications of the occurrence of polarization among older individuals. This polarization is characterized by the distancing of the most favored groups, while the base and middle remain relatively homogeneous. Over time, there was a slight attenuation of the role of income from other sources as a disincentive to participation, as well as a convergence of educational returns across different sociodemographic groups. Moreover, the negative effects associated with informality intensified, while self-employment began to resemble, in some cases, formal employment. These changes indicate potential reconfigurations in the forms of participation of older individuals, still marked by the persistence of inequalities in the Brazilian labor market.

Keywords: active ageing; labor market; inequalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Distribuição da população brasileira, segundo sexo e grupos de idade (%) - 2010 e 2022	16
Figura 3.1 – Distribuição etária da população por status no mercado de trabalho, segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013 e 2023	36
Figura 3.2 – Taxa de ocupação (%) da população por grupos de idade, segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013 e 2023	37
Figura 3.3 – Densidade de Kernel da jornada no trabalho principal segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023	38
Figura 3.4 – Distribuição dos ocupados por posição na ocupação e grupo etário, segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023	40
Figura 3.5 – Distribuição dos ocupados por nível de instrução e grupo etário, segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023	41
Figura 3.6 – Distribuição dos ocupados por categoria sócio-ocupacional e grupo etário, segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023	42
Figura 3.7 – Remuneração do trabalho principal por hora de trabalho em reais, segundo grupo etário e grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023	44
Figura 3.8 – Curva de Lorenz do rendimento do trabalho principal por hora de trabalho, segundo grupo etário - Brasil urbano, 2013 e 2023	45
Figura 3.9 – Percentis do rendimento por hora do trabalho principal por grupo etário e percentil, segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2023	46
Figura 3.10–Taxa de ocupação dos indivíduos com 54 anos ou mais, segundo percentil dos rendimentos per capita dos outros membros do domicílio, por grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023	47
Figura 3.11–Peso do rendimento do trabalho dos indivíduos com 54 anos ou mais, segundo percentil dos rendimentos per capita dos outros membros do domicílio, por grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023	48
Figura 3.12–Taxa de ocupação dos indivíduos com 54 anos ou mais, segundo percentil dos rendimentos de outras fontes que não a do trabalho, por grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023	50
Figura 4.1 – Evolução dos coeficientes das variáveis principais dos modelos <i>tobit</i> , por grupos de sexo e raça - Brasil urbano - 2013, 2018 e 2023	63
Figura 4.2 – Evolução dos coeficientes das variáveis principais dos modelos de seleção de <i>Heckman</i> , por grupos de sexo e raça - Brasil urbano - 2013, 2018 e 2023	67

Figura 4.3 – Evolução dos coeficientes das variáveis secundárias dos modelos de seleção de <i>Heckman</i> , por grupos de sexo e raça - Brasil urbano - 2013, 2018 e 2023	68
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 – Valores médios das principais variáveis utilizadas na abordagem empírica, por grupos de sexo e raça — Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023	56
Tabela 4.2 – Resultados dos modelos <i>probit</i> para a probabilidade de ocupação no mercado de trabalho entre indivíduos com 54 anos ou mais — Brasil urbano, 2023	57
Tabela 4.3 – Resultados dos modelos <i>probit</i> para a probabilidade de ocupação no mercado de trabalho entre indivíduos com 54 anos ou mais, por grupos de sexo e raça — Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023	61
Tabela 4.4 – Resultados dos modelos <i>tobit</i> para a oferta de horas de trabalho entre os indivíduos acima de 54 anos, por grupos de sexo e raça — Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023	65
Tabela 4.5 – Resultados dos modelos de seleção amostral de <i>Heckman</i> para a remuneração por hora de trabalho dos mais velhos, por grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL . . .	15
2.1	TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	15
2.2	A MULTIDIMENSIONALIDADE DAS CONSEQUÊNCIAS DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	18
2.3	ADAPTAÇÕES E DINÂMICAS DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS NO MERCADO DE TRABALHO . . .	20
2.4	O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO TRABALHO PARA APOSENTADORIA E AS REFORMAS INSTITUCIONAIS NO BRASIL NO SÉCULO XXI	24
2.4.1	A PREVIDÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AS REFORMAS PARAMÉTRICAS DE FERNANDO HENRIQUE E LULA	26
2.4.2	A REFORMA ESTRUTURAL DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA .	29
2.4.3	A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL	30
3	ESTRATÉGIA EMPÍRICA	33
3.1	BASE DE DADOS E ANÁLISE DESCRITIVA	34
3.2	MODELOS ECONOMETRICOS	50
4	RESULTADOS	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
6	REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem testemunhado uma transformação significativa em sua estrutura etária, marcada pelo acelerado envelhecimento populacional. Esse fenômeno demográfico, embora seja comum aos países que avançaram no processo de desenvolvimento social e econômico, se manifesta de forma particular em função das desigualdades sociais e econômicas que historicamente atravessam a sociedade brasileira. À medida que a proporção de indivíduos mais velhos cresce, emergem novos desafios e exigências sobre o funcionamento das instituições, sobretudo no que diz respeito ao mercado de trabalho e aos regimes de seguridade social (Costanzi e Ansiliero, 2024). Em razão disso, ainda que o aumento da longevidade seja uma conquista social relevante, ele impõe a necessidade de repensar as formas de inclusão e permanência da população mais velha na sociedade, em especial em atividades economicamente produtivas (Camarano e Pasinato, 2007).

No cenário brasileiro, a discussão em torno do envelhecimento ativo tem ganhado relevância nas agendas de políticas públicas. Esse debate tem sido impulsionado não apenas pelas preocupações fiscais, decorrentes do aumento da população mais velha, com os desequilíbrios resultantes no sistema de seguridade social, mas também pela necessidade de garantir condições dignas de envelhecimento, no que diz respeito à autonomia, à participação social e à possibilidade de condução do processo pelos próprios sujeitos (Mendes, 2013). Nesse contexto, nos deparamos com um movimento que é fortemente condicionado pelas desigualdades sociais e pela trajetória de vida da população, que, a partir do acúmulo de vantagens ou de desvantagens ao longo da vida, alcança a velhice com diferentes condições de saúde e riqueza, que irão refletir, por sua vez, em diferentes capacidades de lidar com o envelhecimento (Oris, Baeriswyl e Ihle, 2021).

Essas diferentes capacidades irão refletir, no contexto do mercado de trabalho, em oportunidades desiguais de manutenção da vida em atividade. Como as condições de saúde das pessoas mais velhas constituem-se como o fator central para a possibilidade de permanência no mercado de trabalho (Ribeiro et al., 2018; Trevisan e Zantomio, 2016; Bloom, Canning e Moore, 2014), e essas condições são piores entre aqueles mais velhos de menor renda (Mrejen, Nunes e Giacomini, 2023), os mais vulneráveis enfrentarão a contradição entre possuir, ao mesmo tempo, as maiores necessidades e as piores condições de permanecer ocupados. Por outro lado, aqueles com maiores rendas e melhores condições de saúde possuirão as melhores condições e oportunidades de permanência, desfrutando-as em razão do prestígio social de suas ocupações. O mercado de trabalho entre os mais velhos seria polarizado, então, entre aqueles que permanecem por necessidade, apesar das condições menos favoráveis, e aqueles que permanecem por

oportunidade, em razão exatamente das condições mais favoráveis.

Portanto, este trabalho tem como objetivo identificar as associações entre as condições sociais e econômicas da população urbana mais velha, acima de 54 anos, e seus padrões de participação no mercado de trabalho, sob o recorte de raça e gênero, assim como observar suas alterações ao longo do tempo. Com isso, busca-se identificar o perfil social, econômico e ocupacional dessa participação, através da descrição das particularidades dos mais velhos em comparação com os mais jovens, bem como compreender a relação entre o papel econômico dos domicílios e a estrutura de determinação desta participação, procurando destacar a importância dos rendimentos familiares e dos rendimentos provenientes de outras fontes que não a do trabalho. A ideia reside em verificar os padrões e as associações com as desigualdades sociais, assim como a possibilidade da polarização e suas possíveis alterações ao longo do tempo como respostas tanto às mudanças institucionais ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, como as reformas previdenciária e trabalhista, quanto às duas crises econômicas pelas quais passou a economia brasileira no período recente, a do biênio de 2015-2016 e a decorrente da pandemia da Covid-19.

Para isso, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No primeiro momento, foi realizada uma análise descritiva com o objetivo de caracterizar o perfil da população urbana acima de 54 anos com relação à sua participação no mercado de trabalho. Essa análise identificou diferentes padrões de participação segundo os recortes de gênero e raça, além de observar as especificidades da caracterização dos mais velhos no mercado de trabalho. Para verificar as possibilidades de polarização, foram analisados os efeitos de pertencer aos quintis da renda domiciliar per capita, com foco sobre os dois extremos da distribuição. Na segunda etapa, foram aplicados diferentes modelos de regressão para investigar a estrutura de determinação da probabilidade de participação dos mais velhos e da qualidade ocupacional entre os ocupados. Essa abordagem permite avaliar tanto a decisão de estar ativo quanto a natureza das ocupações acessadas.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em mais quatro seções. Na segunda, contextualiza-se o processo de envelhecimento populacional no Brasil, discutindo seus impactos, bem como o conceito de envelhecimento ativo e as desigualdades socioeconômicas que o atravessam. Na terceira seção é realizada a análise descritiva e são apresentados a base de dados e os modelos econométricos aplicados, detalhando as variáveis utilizadas. A quarta seção discute os resultados desses modelos, explorando os padrões de participação dos indivíduos mais velhos e a possibilidade de observação da polarização. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, sintetizando as principais conclusões e apontando possíveis caminhos para pesquisas futuras.

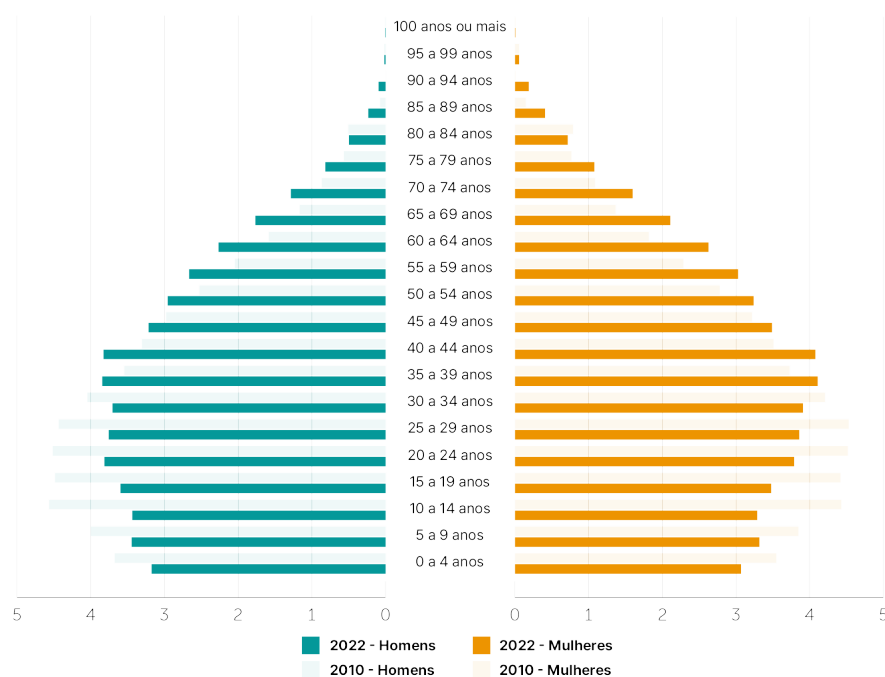
2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

Essa seção tem como objetivo apresentar o quadro geral das consequências do processo de envelhecimento populacional sobre as dinâmicas do mercado de trabalho. Entende-se aqui que o aumento do número absoluto e relativo de pessoas mais velhas na sociedade implica numa maior participação dessa população num mercado de trabalho segmentado, que historicamente rejeita as pessoas mais velhas em função de uma suposta desvantagem em termos de produtividade, quando comparadas à parcela mais jovem da população. Essa seção resgata as origens do processo de envelhecimento populacional, que remete às mudanças demográficas observadas nas sociedades modernas que experimentaram avanços sociais significativos, em direção a melhores condições de saúde e maior igualdade de oportunidades. Em seguida, a seção apresenta as consequências desse processo sobre a sociedade, trazendo a perspectiva das adaptações necessárias, mas, principalmente, aquelas necessárias ao mercado de trabalho, para que seja possível tanto a inclusão produtiva quanto a permanência das pessoas idosas em atividade. Por fim, são apresentadas as particularidades do Brasil com relação ao processo de envelhecimento da população, destacando o papel das desigualdades sociais e econômicas e da sua persistência ao longo do tempo, assim como as reformas que o governo brasileiro promulgou para encarregar-se dessas mudanças.

2.1 TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

A combinação entre o aumento das expectativas de vida e a redução das taxas de fecundidade entre as mulheres em idade reprodutiva despertou uma significativa transformação na estrutura etária da sociedade brasileira (Wong e Carvalho, 2006). Se, por um lado, essa transformação demográfica, comum aos países que avançaram no processo de desenvolvimento social e econômico, contribuiu para a redução do tamanho relativo dos grupos mais jovens na população, como resultado do número menor de nascimentos por mulher, por outro, aumentou a participação dos indivíduos mais velhos na sociedade, por sua vez, como consequência da queda nas taxas de mortalidade. Esse fenômeno conduz a estrutura etária desses países para se assemelhar cada vez menos com uma pirâmide, como amplamente conhecida, onde há uma prevalência dos grupos mais jovens, para se aproximar cada vez mais de uma estrutura mais homogênea, com maior presença dos grupos mais velhos e do meio da pirâmide, como pode ser observado na Figura 2.1.

Figura 2.1 – Distribuição da população brasileira, segundo sexo e grupos de idade (%) - 2010 e 2022



Fonte: Censo Demográfico. Elaboração: IBGE.

A queda das taxas de fecundidade no Brasil, assim como nos demais países, se origina das mudanças observadas no âmbito do mercado de trabalho (Cunha e Vasconcelos, 2016; Turra, 2018). O aumento da demanda por trabalho e os consequentes aumentos reais dos salários, combinados com as mudanças culturais da sociedade moderna, principalmente no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade, tiveram como uma de suas principais consequências o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Esse aumento na participação, que passou de cerca de 20% na década de 1960 para mais de 50% na década de 1990, impactou diretamente as taxas de fecundidade (Ruggles, 2015). No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva reduziu em um terço entre o início dos anos 2000 e o ano de 2022, alcançando a média de 1,6 filhos por mulher no último Censo Demográfico.

Apesar da queda nas taxas de fecundidade ser a principal causa do envelhecimento da população, visto que diminui a quantidade relativa de pessoas mais jovens, o aumento nas expectativas de vida também exerce um papel importante nesse contexto (Myrrha, Turra e Wajnman, 2017). Esse aumento da longevidade está diretamente associado à chamada transição epidemiológica, processo de longo prazo pelo qual uma sociedade passa por mudanças nos padrões de mortalidade de sua população, como consequência direta do seu desenvolvimento social e econômico (Corrêa e Miranda-Ribeiro, 2017). De acordo com o IBGE, a esperança de vida ao nascer da população brasileira aumentou

de 70 para 75 anos entre os anos de 2000 e 2022, alcançando mais do que o dobro da expectativa de vida na década de 1930, de 36,5 anos. No caso brasileiro, esse aumento está relacionado, principalmente, com a redução das taxas de mortalidade entre os recém nascidos, ainda que essa redução tenha sido observada para todas as faixas etárias (Corrêa e Miranda-Ribeiro, 2017). De acordo com a pesquisa de Projeções da População, do IBGE, o número de óbitos de menores de um ano de idade passou de 29 para 11, a cada mil nascidos vivos, entre as duas últimas edições do Censo Demográfico, nos anos de 2000 e 2022.

Da combinação desses fatores decorre o processo de envelhecimento populacional. Esse processo corresponde ao aumento da participação relativa dos grupos mais velhos na população, em detrimento dos grupos mais jovens (Brito, 2008). Os dados das últimas edições do Censo Demográfico demonstram que a proporção da população acima de 60 anos no Brasil cresceu cerca de 84% entre 2000 e 2022. Por outro lado, a participação do grupo de até 14 anos diminuiu 10 pontos percentuais no mesmo período, representando menos de 20% da população no ano de 2022. Como resultado, o índice de envelhecimento, no qual o IBGE calcula a razão entre o grupo etário acima de 65 anos em relação à população de até 14 anos, que na década de 1990 alcançava a marca de 21%, passou para 55% em 2022. No mesmo sentido, a taxa de envelhecimento, calculada a partir da razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total, evoluiu de 4,8 para 10,9% nesse mesmo período.

De acordo com Turra (2018), o ritmo de crescimento da população idosa brasileira supera em até três vezes a taxa de crescimento observada em países mais desenvolvidos, como Suécia, França e Reino Unido. Contudo, a particularidade desse processo de transição no Brasil reside no contexto social, econômico, regional e histórico dentro do qual ele se insere (Wong e Carvalho, 2006). Ainda que seja um processo que esteja colocado para a população como um todo, a forma como atinge as diferentes classes sociais e econômicas, assim como homens e mulheres, tende a reproduzir as desigualdades historicamente observadas na sociedade brasileira (Brito, 2008). Por mais que a transição pudesse representar possibilidades de mudanças econômicas positivas, principalmente em função da oferta crescente de trabalho durante o chamado “primeiro dividendo demográfico” (Wong e Carvalho, 2006; Turra, 2018), as etapas atuais da transição demográfica podem acabar por ampliar as nossas desigualdades sociais. Isso porque a forma como se deu o processo de envelhecimento populacional brasileiro, considerando as práticas adotadas na formulação de políticas públicas, favoreceu o aumento do número de idosos com baixa escolaridade e poucas habilidades laborais, com poupanças relativamente pequenas para que fosse garantido o consumo próprio durante esse momento da vida (Turra, 2018).

Essa característica do processo de envelhecimento da população brasileira contribuiu

para a necessidade de expansão das políticas de transferência de renda e de seguridade social entre os idosos, impondo o aumento nas despesas governamentais com essa população. De acordo com Turra, Queiroz e Rios-Neto (2011), as transferências públicas no Brasil são responsáveis pelo financiamento de mais de 90% do consumo dos idosos, o que transforma a população idosa em importante fonte de renda nos seus domicílios através das transferências privadas para os seus filhos adultos. Essas transferências para os idosos superam em mais de 9 vezes as transferências públicas para as crianças, fazendo com que o Brasil seja um dos países que mais transfere recursos públicos para os idosos no mundo, com relação ao que se transfere às crianças (Turra, Queiroz e Rios-Neto, 2011).

Evidentemente, a pressão que o processo de envelhecimento populacional exerce sobre a sustentabilidade das contas públicas no médio e longo prazo se apresenta, aos olhos do governo brasileiro, como a questão mais urgente dentre a série de outros impactos gerados na sociedade. A partir do agravamento da situação fiscal do Estado brasileiro, em 2015, as atenções do debate público se voltaram para a necessidade de se controlar as despesas públicas e, principalmente, as despesas com seguridade e previdência social, que apresentavam taxas de crescimento mais significativas (Turra, 2018). No entanto, a multidimensionalidade das implicações do processo de envelhecimento populacional demanda que outros fatores além da justa preocupação fiscal sejam considerados quando se analisa a matéria. Fatores como a relação entre o envelhecimento saudável e as condições sociais da população; o aumento da demanda por tarefas de cuidados nos domicílios, que continua a sobrecarregar principalmente as mulheres, sob a forma de trabalho doméstico; a possibilidade de redução da mão-de-obra disponível, com indagações em torno do processo de transição do trabalho para a aposentadoria, assim como outros tópicos, carecem de espaço no debate público.

2.2 A MULTIDIMENSIONALIDADE DAS CONSEQUÊNCIAS DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Ainda que a queda das taxas de mortalidade, assim como o aumento das expectativas de vida, simbolizem um avanço importante para os países em desenvolvimento, o envelhecimento da população traz consigo alguns novos desafios (Camarano e Pasinato, 2007). Esses desafios são abrangentes e não se limitam ao campo da economia, alcançando diferentes áreas de atuação, como saúde pública, visto que há uma demanda crescente por serviços de saúde com o ganho de expressão de doenças próprias do envelhecimento (Lima-Costa e Veras, 2003); urbanismo, com a necessidade de se readaptar as cidades para que a população idosa possa manter a qualidade de vida em patamares saudáveis

(Santinha e Marques, 2013); psicologia, através dos impactos do envelhecimento e da própria percepção sobre o envelhecimento sobre o bem-estar emocional dos idosos (Robertson, 2017); e até mesmo neurologia, antropologia e a sociologia, considerando os efeitos do envelhecimento sobre as estruturas psicossociais e culturais das pessoas mais velhas (Park, 2002).

Nas interações com o campo econômico, no entanto, algumas consequências são dignas de maior destaque. Nesse sentido, cabe ressaltar o impacto que o aumento da população idosa tem sobre a demanda e a necessidade de cuidados na sociedade. Na ausência de diretrizes de políticas públicas bem definidas, esse aumento da necessidade de cuidados tende a impactar de maneira mais intensa as mulheres, em razão dos papéis sociais historicamente distribuídos entre os gêneros. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), as horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e não remunerado pelas mulheres no ano de 2023 eram, em média, 77% maiores do que as horas dedicadas pelos homens. Isso contribui e ao mesmo tempo evidencia que a trajetória das mulheres no mercado de trabalho é intrinsecamente moldada pelas responsabilidades domiciliares associadas ao cuidado (Marcondes et al., 2024).

A ausência de uma rede pública estruturada para atender e acompanhar essa população idosa com necessidades de cuidados delega, por omissão, o trabalho associado ao cuidado às famílias. Essa transferência de responsabilidade expõe a necessidade de cuidados das pessoas idosas às profundas desigualdades sociais e econômicas sobre as quais a sociedade brasileira foi edificada. Quando se trata das famílias com menor disponibilidade de recursos financeiros, que se encontram inviabilizadas de contratar profissionais especializados no tratamento de pessoas mais velhas, o cuidado dessas pessoas fica sob responsabilidade de familiares próximos, usualmente mulheres, residentes do mesmo domicílio ou de domicílios próximos (Kuchemann, 2012). De encontro às desigualdades socioeconômicas e de gênero, no Brasil, a desigualdade racial se manifesta de maneira igualmente importante, dada a memória escravista da origem do trabalho doméstico no país, como apontado por Teixeira (2020).

No Brasil, a pandemia da Covid-19 destacou e evidenciou a urgência de tomada de ações para lidar com a questão dos cuidados, principalmente, quando se considera o contexto no qual os grupos etários mais velhos eram exatamente os mais vulneráveis ao vírus (Marcondes et al., 2024). No entanto, ao lidar com a questão do envelhecimento populacional, a atenção recai não apenas no momento da vida no qual o indivíduo mais velho já perdeu a sua autonomia física ou cognitiva, mas também sobre os momentos anteriores a esse ponto. Por isso, no momento de formular políticas públicas direcionadas para esses grupos, os governos devem se debruçar sobre praticamente toda a trajetória de vida das pessoas, posto que essa trajetória irá influenciar, direta ou indiretamente, a

forma como os indivíduos envelhecem (Oris, Baeriswyl e Ihle, 2021).

Essa dinâmica tem levado os diferentes países a procurarem meios alternativos para manter os seus cidadãos mais velhos social e economicamente integrados de maneira autônoma e independente (Miranda, Mendes e Silva, 2016). A preocupação com essa integração floresce a partir da observação da tendência de saída do mercado de trabalho à medida em que a população envelhece, isto é, o usual processo de transição do trabalho para a aposentadoria. Daí surge a principal consequência que este processo levanta para as discussões no âmbito da economia. Nos países em processo de desenvolvimento, onde o acesso ao trabalho para essa população tende a se tornar mais incerto e precarizado, a população mais velha se encontra ainda mais vulnerável à incidência da pobreza (Barrientos, Gorman e Heslop, 2003). Por outro lado, naqueles países mais desenvolvidos, que também estão mais avançados no processo de envelhecimento populacional, como Coreia do Sul e Alemanha, as estimativas e as preocupações apontam para uma redução da oferta de trabalho com relação ao número total de pessoas na sociedade, o que impacta a razão de dependência da população idosa (Boersch-Supan, 2003).

Essa consequência levanta discussões acerca da viabilidade de políticas que vão desde aquelas de incentivo a imigração até aquelas de incentivo à natalidade, como formas de mitigar a redução iminente da mão-de-obra disponível (Marois, Bélanger e Lutz, 2019). Porém, com a necessidade incontornável de integrar os indivíduos mais velhos na sociedade, uma alternativa que se coloca no horizonte reside na adaptação social e econômica das ocupações no mercado de trabalho no sentido reorganizar as suas estruturas para um arranjo “age friendly”, como caracterizado por Acemoglu, Mühlbach e Scott (2022). Isso significa afastar a ideia de que a velhice consiste num momento da vida em que não há mais espaço para decisões econômicas significativas (Scott, 2023). No entanto, não pode ser ignorada a relação entre as condições de saúde das pessoas mais velhas e as suas respectivas capacidades de participar de maneira ativa do mercado de trabalho (Mendes, 2013), assim como há de se considerar os impactos das desigualdades e das trajetórias de vida das pessoas sobre as suas condições de envelhecimento (Oris, Baeriswyl e Ihle, 2021).

2.3 ADAPTAÇÕES E DINÂMICAS DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS NO MERCADO DE TRABALHO

O aumento da população idosa, consequência direta do processo de transição demográfica, tem como implicação o aumento da pressão exercida sobre o mercado de trabalho. Isto porque, à medida que a população envelhece, por um lado, aumenta também a proporção de pessoas mais velhas ativas no mercado de trabalho. Por outro

lado, as consequências do envelhecimento sobre os sistemas de previdência social colocam essa participação dos indivíduos mais velhos também como um imperativo político da sociedade contemporânea (Scott, 2023). Sob a tendência atual, a expectativa é de que o tempo de aposentadoria alcance, em média, cerca de 20% da expectativa de vida das pessoas até 2035, o dobro da duração esperada em 1993 (Queiroz e Ferreira, 2021). Considerando os possíveis impactos que o aumento da duração da aposentadoria pode ter sobre a dinâmica do funcionamento econômico e sobre o bem-estar dessas pessoas, podemos assumir a necessidade de se promover o envelhecimento ativo, através da inclusão produtiva das pessoas mais velhas no mercado de trabalho.

Esse conceito de envelhecimento ativo, contudo, ultrapassa a compreensão de envelhecer mantendo-se ativo somente no mercado de trabalho, como pode ser entendido aqui. Mais do que isso, o conceito abrange uma forma de envelhecimento a qual permite manter a participação em questões sociais importantes, como as de cunho econômico, cultural e cívico (Mendes, 2013). Isso significa compreender a ideia de atividade na velhice através do nível de integração social que o indivíduo consegue manter durante o processo de envelhecimento, ocupando-se mais das redes de sociabilidade do que da participação no mercado de trabalho em si. No entanto, Mendes (2013) destaca que houve uma mudança na forma de envolvimento preferencial dos idosos com a sociedade, que, de uma relação intermediada pelas instituições familiares, passou a dedicar mais atenção ao papel social do trabalho. Esse movimento foi impulsionado por um contexto onde, sob um modelo de organização social em que o acesso ao trabalho consiste na principal forma de exercício da cidadania, as possibilidades de inclusão na sociedade estão cada vez mais restritas a possuir um emprego, o que termina por reduzir a noção de envelhecimento ativo à atividade no mercado de trabalho (Mendes, 2013).

Para que seja possível abordar essa participação da população mais velha no mercado de trabalho, primeiro, é necessário afastar a compreensão da velhice como um momento da vida em que não há mais espaço para decisões econômicas significativas (Scott, 2023). Isso porque nos modelos usuais de ciclo de vida, a velhice costuma ser vista como um período de realização dos planos feitos no passado, em que os ativos acumulados são desfeitos, o consumo diminui e a oferta de trabalho deixa de existir. Como será visto adiante, à medida que as pessoas envelhecem, a participação no mercado de trabalho de fato diminui, no entanto, segundo Bloom et al. (2020), as contribuições em termos de cuidados e trabalho voluntário continuam a crescer até os 65 a 69 anos. Isso sugere que, se o processo de envelhecimento ativo estiver mais associado ao processo de envelhecimento saudável, isto é, um processo de envelhecimento em que boas condições de saúde são mantidas, torna-se mais provável que pessoas mais velhas participem do mercado de trabalho, ainda que sob condições muito específicas.

Essas condições específicas são condicionadas pelo declínio das condições de saúde dos

indivíduos, que acarreta no aumento da desutilidade marginal do trabalho e na redução da produtividade (Bloom, Canning e Moore, 2014). Caso o aumento da expectativa de vida esteja associado à “compressão da morbididade”, quando a idade de início de incapacidades físicas e outras morbididades pode ser postergada de tal maneira que o período de saúde debilitada no final da vida seja reduzido, torna-se plausível que a resposta seja, então, o adiamento do momento da aposentadoria, conforme apresentado por Bloom, Canning e Moore (2014), visto que a saúde daquela pessoa a permite permanecer no mercado de trabalho. Com isso, a tendência é que a participação dos mais velhos se dê por meio de padrões diferentes daqueles observados em outras faixas etárias. O trabalho tende a ser mais flexível, com o aumento da frequência de regimes parciais e de meio período, assim como torna-se mais comum a participação autônoma, através de atividades por conta-própria (Scott, 2023). Essa tendência reforça a compreensão da aposentadoria enquanto um processo durante o qual o trabalhador pode efetuar, aos poucos, a sua saída do mercado de trabalho.

No decorrer desse processo, pode ser comum o engajamento dos indivíduos mais velhos em empregos de transição, os *bridge jobs*. Esses empregos de transição funcionam como uma ponte entre os empregos “de carreira”, exercidos ao longo da trajetória de vida dos indivíduos, e a retirada definitiva do mercado de trabalho, permitindo que o tempo de vida ativa da população seja estendido através da inserção em trabalhos com atividades mais flexíveis (Alcover, 2017). Essa flexibilidade pode se dar tanto nas características do próprio trabalho, com jornada, escala e remuneração reduzidas, quanto na subjetividade e na relação que o indivíduo mantém com o trabalho, através da opção de atividades por conta-própria, sem a figura do empregador, e da redução do envolvimento psicológico com a atividade laboral. Dessa maneira, a retirada do mercado de trabalho pode se dar de maneira gradual, através da redução do comprometimento físico, mas também psicológico com o trabalho (Wang, 2013). Em suma, os trabalhadores mais velhos estarão mais propensos a trabalharem em ocupações que ofereçam algum tipo de redução nas tensões e no estresse associados ao trabalho, que sejam fisicamente menos exigentes e que possuam menores riscos associados ao trabalho (Acemoglu, Mühlbach e Scott, 2022).

Contudo, para além das condições apresentadas pelo próprio trabalho, importa destacar o papel que outros fatores relevantes exercem, tanto na forma de incentivos quanto na forma de obstáculos, para a participação das pessoas mais velhas no mercado de trabalho. Fatores como saúde do cônjuge, gênero, escolaridade e área do domicílio têm importância na decisão do indivíduo de estar ativo no mercado (Li, 2023; Roy e Barua, 2022; Oris, Baeriswyl e Ihle, 2021; Wajnman, Hermeto e Oliveira, 2006). As condições institucionais do mercado de trabalho, o nível de desemprego, a existência de subsídios salariais e incentivos por parte do setor público e a própria estrutura

normativa do sistema previdenciário também podem impactar a participação dos mais velhos (Goda et al., 2023; Giesecke e Jäger, 2021; Watanabe e Yasuoka, 2021; Rabaté, 2019; Elsayed et al., 2018; Freire, 2018; Kondo e Shigeoka, 2017; Atalay e Barrett, 2015; Staubli e Zweimüller, 2013; Lindeboom e Kerkhofs, 2009; Mastrobuoni, 2009; Gielen, 2008).

No entanto, são as condições de saúde dos indivíduos que se apresentam como o principal fator a impor limites nessas possibilidades de participação. A experiência de um choque agudo de saúde aumenta em duas vezes as chances de um trabalhador mais velho deixar o mercado de trabalho (Trevisan e Zantomio, 2016). As maiores chances de permanecer ativo no mercado de trabalho são daqueles indivíduos sem condições clínicas crônicas (Ribeiro et al., 2018). No modelo de Bloom, Canning e Moore (2014), a relação positiva entre a idade e a desutilidade marginal do trabalho se explica pela piora das condições de saúde do indivíduo ao longo da vida, de onde resulta que o aumento da expectativa de vida acompanhado por melhores condições de saúde suaviza essa redução da desutilidade marginal do trabalho, podendo levar a um aumento na idade de aposentadoria dos indivíduos (Bloom, Canning e Moore, 2014; Scott, 2023).

Vale ressaltar, porém, que as condições de saúde da população que consegue alcançar idades mais avançadas não se dá de maneira completamente aleatória. Além de compreender as condições de saúde como cruciais para a permanência no mercado de trabalho em idades mais avançadas, Oris, Baeriswyl e Ihle (2021) as enxergam também como resultados das trajetórias de vida das pessoas. Nesse sentido, enquanto resultado de trajetórias de vida inevitavelmente desiguais, durante as quais não são todos os cidadãos que conseguem acumular boas condições de saúde e riqueza para desfrutar na velhice, o envelhecimento saudável e ativo torna-se possível apenas para aqueles com capacidade de gerenciar o seu próprio processo de envelhecimento e optar por atividades que promovam o bem-estar ao longo da vida (Oris, Baeriswyl e Ihle, 2021). Mendes (2013) faz a ressalva, porém, de que essa capacidade não decorre de características próprias e intrínsecas aos indivíduos, mas sim do acesso aos recursos necessários para efetivar essas escolhas.

Ao acúmulo destas desvantagens durante o ciclo de vida, soma-se ainda uma tese central para o desenvolvimento deste trabalho: a persistência das desigualdades sociais e econômicas ao longo do tempo. Essa persistência consiste não apenas nas desigualdades que perduram ao longo da vida de um mesmo indivíduo, como aponta Oris, Baeriswyl e Ihle (2021) ao indicar como um baixo nível educacional, problemas de saúde durante a infância ou mesmo eventos adversos, que possam afetar papéis socialmente atribuídos à idade adulta, como o desemprego, contribuem para o aumento do risco das pessoas enfrentarem condições socioeconômicas precárias na velhice. Esses eventos, além de estarem desproporcionalmente distribuídos entre as classes sociais (Lantz et al., 2005),

não se dissipam ao longo do tempo, mesmo de um ponto de vista intergeracional. No Brasil, essa característica fica latente ao se observar que, apesar de todo o avanço social em termos de combate à pobreza extrema ao longo das últimas duas décadas, pouco se avançou no que diz respeito à redistribuição de riquezas no país (Medeiros, Souza e Castro, 2015).

Essa dificuldade de avanço na redistribuição de riqueza e renda encontrou ainda alguns cenários adversos nos anos mais recentes da economia e da política brasileira. Com relação ao funcionamento da economia, duas crises de grande magnitude atingiram o país na última década. A recessão dos anos de 2015 e 2016 ficou marcada como a maior recessão da história do país, quando o Produto Interno Bruto (PIB) sofreu uma redução de mais de 5% ao fim desses dois anos, apresentando consequências duradouras para o mercado de trabalho (Corseuil et al., 2022). Alguns anos depois, a crise econômica decorrente da eclosão da pandemia da Covid-19 teve impactos generalizados, mas extremamente desiguais. Além de afetar de maneira desigual diferentes grupos sociais, a pandemia da Covid-19 gerou preocupação, sobretudo, com relação à dinâmica de interação social com os idosos, em razão da maior vulnerabilidade desse grupo frente ao vírus.

No entanto, não foram apenas as crises econômicas que trouxeram um novo cenário para o mercado de trabalho brasileiro na última década. Durante esses anos, foram promulgadas duas reformas institucionais com efeitos significativos sobre o funcionamento do mercado de trabalho e, sobretudo, sobre a saída dele. A primeira delas, a reforma trabalhista de 2017, teve como principal objetivo adequar a legislação em vigor às novas relações de trabalho que ganharam força nos últimos anos, caracterizadas, principalmente, pelo maior grau de flexibilidade. Contudo, a reforma acabou por contribuir com a redução do poder de barganha dos trabalhadores, enfraquecendo as instituições coletivas de negociação com possíveis efeitos sobre a desigualdade nas remunerações do trabalho (Carvalho, 2017). Por outro lado, a reforma da previdência, promulgada em 2019, buscou atuar diretamente sobre os incentivos e sobre as possibilidades de aposentadoria, com objetivo claro na direção de prolongar o tempo de vida ativa dos trabalhadores no mercado de trabalho. Essas reformas, assim como seus contextos e impactos, são discutidos detalhadamente a seguir.

2.4 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO TRABALHO PARA APOSENTADORIA E AS REFORMAS INSTITUCIONAIS NO BRASIL NO SÉCULO XXI

Apesar da sua importância, o papel das desigualdades socioeconômicas sobre o processo de transição do trabalho para aposentadoria das pessoas foi, repetidas vezes,

negligenciado pelo Estado brasileiro. Por um lado, a legislação vigente compreende a transição para a aposentadoria como uma transição única, que separa dois estados mutuamente exclusivos. Essa concepção equivocada reforça a associação entre velhice e inatividade, ao definir um ponto, uma idade na vida do indivíduo em que ele passaria do trabalho para o não trabalho. Longe disso, abordagens mais refinadas sobre a manutenção de atividades laborais por pessoas mais velhas compreendem que a aposentadoria não é um evento uniforme e irrevogável, definido pela saída completa do mercado de trabalho (Beck, 1986). A aposentadoria pode ser compreendida como um processo, no qual se observa uma série de transições de entrada, de saída ou de mudanças de posições no mercado de trabalho (Hayward, Hardy e Liu, 1994).

Por outro lado, a própria compreensão da aposentadoria limita as formas de intervenção por parte do Estado brasileiro. Isso, somado ao foco que é destinado para as consequências orçamentárias e fiscais do processo de envelhecimento, orienta as políticas públicas para a necessidade de extensão da vida ativa dos trabalhadores, através da redução dos incentivos para a transição do trabalho para a aposentadoria. A redução da discussão e da atuação a esse tipo de abordagem ofusca a necessidade de se discutir os aspectos estruturais que afetam o bem-estar da população durante seu processo de envelhecimento, assim como as condições sociais e econômicas através das quais a manutenção de uma vida ativa torna-se possível. Isso significa que, ao invés de ocupar-se do processo de aposentadoria como algo que pode ser diluído ao longo do tempo, essa governança estabelece um ponto da trajetória de vida do indivíduo até o qual ele deve permanecer ativo no mercado de trabalho, sem considerar quais são as condições nas quais essa permanência se dá.

Sob o cenário de aumento das expectativas de vida, a manutenção de um ponto rígido de transição, que divide a trajetória de vida do indivíduo, implica no aumento do tempo esperado em que as pessoas têm de viver como aposentadas e, conseqüentemente, como beneficiárias do sistema de seguridade social (Najberg e Ikeda, 1999). Este prolongamento, quando não acompanhado por mudanças nos padrões de saída do mercado de trabalho, tende a reduzir a proporção do tempo de vida ativa dos trabalhadores, isto é, a quantidade de tempo em que passam efetivamente ativos no mercado de trabalho ao longo da sua trajetória de vida. Isso implica que essa população em processo de envelhecimento tenda a passar proporcionalmente mais tempo fora do mercado de trabalho.

Contudo, a diminuição relativa das expectativas de vida ativa dos trabalhadores não está associada apenas ao prolongamento das suas expectativas de vida. Como observado por Dudel et al. (2018), as crises econômicas e o cenário do mercado de trabalho podem, ambos, ter efeitos sobre a expectativa de vida a ser vivida no trabalho. Essa dinâmica pode afetar e ser afetada pelas desigualdades sociais observadas na sociedade. Segundo

os autores, trabalhadores espanhois não qualificados, em ocupações manuais, estiveram mais vulneráveis a perdas de anos de expectativa de vida ativa no trabalho em função da recessão econômica de 2008. Pelo lado dos mais velhos, a consequência sobre estes pode ser maior, relacionada à dificuldade de recuperação desses anos antes da saída definitiva do mercado de trabalho, antecipando a transição. Essa observação acende um alerta adicional a respeito da qualidade ocupacional durante a trajetória de vida e como ela se relaciona com os padrões de participação no mercado de trabalho durante as idades mais avançadas. Isso amplia a compreensão da expectativa de vida nos diferentes status do mercado de trabalho, trazendo para a discussão o tempo a ser vivido fora do mercado, seja no desemprego ou na inatividade, e o tempo a ser vivido dentro do mercado, agora com a análise do tempo a ser vivido em ocupações precárias. Nesse sentido, Lozano e Rentería (2019) observam um aumento dos anos passados em condições precárias de trabalho na Espanha, sugerindo que os esforços para extensão do tempo de atividade no mercado de trabalho devem considerar a qualidade dos cargos ocupados.

No cenário brasileiro, o trabalho desenvolvido por Pitombeira et al. (2024) pode indicar uma tendência semelhante, no sentido de observar uma redução na expectativa de vida ativa no mercado de trabalho ao longo dos últimos anos. Através dos dados da PNADC, observa-se uma queda na expectativa de vida ativa no mercado de trabalho entre os anos de 2012 e 2023 para as diferentes interseccionalidades de gênero, raça e nível educacional, com uma diminuição mais acentuada entre a parcela mais velha da população. Apesar da incerteza acerca da origem dessa redução, pode se afirmar que a conjugação entre as crises econômicas pelas quais o Brasil passou durante o período analisado, a de 2015 e da pandemia da Covid-19 em 2020, somadas às mudanças institucionais observadas no mercado de trabalho, contribuíram para a instabilização das ocupações, aumentando o tempo da população na inatividade. Essa conclusão pode indicar que o ajuste ao processo de saída do mercado de trabalho depende tanto da posição social dos trabalhadores, sintetizada na qualidade ocupacional, quanto das condições macroeconômicas do período (Pitombeira et al., 2024). Mas, para isso, precisamos compreender quais foram essas alterações e como elas impactaram a forma de interação e transição dos mais velhos no mercado de trabalho.

2.4.1 A PREVIDÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AS REFORMAS PARAMÉTRICAS DE FERNANDO HENRIQUE E LULA

O regime previdenciário brasileiro se baseia no modelo de repartição simples. Esse modelo implica que as contribuições previdenciárias que são pagas pelos trabalhadores em atividade são destinadas, em tese, a pagar os benefícios da parcela da população inativa, dentro de uma lógica intergeracional de transferência de recursos, isto é, uma

transferência dos mais novos para os mais velhos. Daí as consequências negativas do processo de envelhecimento populacional sobre a sustentabilidade desses regimes. Uma vez que as mudanças demográficas contribuem para o aumento da participação das pessoas mais velhas na sociedade, ela tem como consequência direta o aumento relativo do número de beneficiários da previdência comparado à quantidade de contribuintes em atividade no mercado de trabalho (Costanzi e Ansiliero, 2024). Além disso, em razão das mudanças observadas nas taxas de fecundidade, outro impacto iminente consiste na redução do número de contribuintes ativos no longo prazo, visto que haverá cada vez menos entrantes no mercado de trabalho no futuro.

No entanto, apesar das evidências indicarem que os desequilíbrios previdenciários estão associados também à dinâmica da própria economia, as reformas previdenciárias no Brasil nos últimos anos tiveram como foco atingir a sustentabilidade financeira no longo prazo, através da redução dos incentivos para a saída do mercado de trabalho. Essa dinâmica, apoiada na vontade política de caminhar em direção à um regime de capitalização, contribuiu para a fragilização do sistema público de previdência social no Brasil (Levinas e Araújo, 2017). Segundo Nicholas Barr (2004), mesmo uma possível mudança para o regime de capitalização seria insuficiente para lidar com as necessidades exigidas pelas mudanças demográficas, uma vez que essas necessidades, antes de se restringirem à dimensão financeira e contábil, são também de ordem econômica e produtiva, como discutido anteriormente. Isso reforça a compreensão de Brito (2008, p. 06), para quem “seria um grande equívoco reduzir as preocupações analíticas e políticas com a transição demográfica às suas lógicas consequências atuariais”.

Desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, o sistema previdenciário brasileiro passou por uma série de reformas em seu escopo. Para Lavinas e Araújo (2017), essas reformas tinham como proposta principal apenas mudanças paramétricas no sistema de aposentadoria, que incentivavam o desenvolvimento de sistemas privados de previdência, em detrimento do regime público de repartição. No entanto, a reforma proposta em meados de 2016, a partir do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) de número 287, foi além das mudanças paramétricas, ao propor alterações que poderiam fragilizar tanto o formato quanto a cobertura da previdência, ao menos da forma como ela foi formulada na Constituição (Lavinas e Araújo, 2017).

Após 1988, o sistema previdenciário brasileiro assumiu um formato que ia na direção contrária da maioria dos países da América Latina (Nakahodo e Savoia, 2008). Enquanto os demais países caminhavam na direção de privatizar os sistemas de previdência, o Estado brasileiro consolidou o regime de repartição simples no setor público e criou três sistemas principais: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que atende trabalhadores do setor privado, rurais e autônomos; o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), voltado para servidores públicos e militares; e a previdência complementar, em

regime de capitalização. Além disso, a cobertura da previdência social ganhou maior robustez a partir da implementação da aposentadoria rural, que estendeu o direito ao benefício aos pequenos produtores rurais (Levinas e Araújo, 2017).

Esse primeiro modelo durou cerca de 10 anos, quando durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso teve lugar a primeira reforma previdenciária. Sob os anseios de assegurar a estabilidade monetária alcançada pelo seu governo, a reforma de Fernando Henrique teve como objetivo principal reduzir as despesas com os benefícios previdenciários, deixando de lado a ampliação da cobertura da rede de proteção social (Nakahodo e Savoia, 2008). Para isso, o governo passou a adotar maior rigor para a concessão da aposentadoria, substituindo a exigência do tempo de serviço mínimo pelo tempo de contribuição, eliminando a proporcionalidade da aposentadoria e desvinculando os benefícios acima do salário mínimo da regra de indexação vigente, definida na Constituição. O maior êxito, no entanto, consistiu no estabelecimento do teto nominal para os benefícios (Nakahodo e Savoia, 2008).

A discrepância crescente entre os regimes de previdência dos trabalhadores dos setores público e privado, somada a outros fatores, motivou a reforma seguinte, promulgada no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). No que diz respeito às alterações no sistema dos trabalhadores do setor público, o Estado brasileiro aprovou o fim da aposentadoria integral para os servidores públicos e tornou compulsória a contribuição daquelas pessoas que já estavam aposentadas. Além disso, adotou-se na proposta a uniformização do teto dos benefícios previdenciários, equiparando o teto do RPPS ao teto até aquele momento vigente no RGPS (Nakahodo e Savoia, 2008). Juntas, essas duas reformas sintetizam o quadro geral de mudanças observadas no sistema previdenciário brasileiro desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, até o ano de 2019, quando foi aprovada a Emenda Constitucional 103.

Como pode ser observado, essas alterações nada disseram a respeito dos padrões de saída do mercado de trabalho. Até aquele momento, a principal ferramenta de incentivo à permanência no mercado de trabalho consistia na integralidade do benefício no caso em que a aposentadoria se desse em momento anterior à idade de referência, de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres (Nakahodo e Savoia, 2008). A reforma de 2019, no entanto, trouxe algumas mudanças mais estruturais, que foram além da alteração dos parâmetros para a concessão do benefício. Esta reforma modificou alguns dos aspectos fundamentais do modelo previdenciário, enfraquecendo e alterando o desenho original estabelecido pela Constituição Federal (Lavinas e Araújo, 2017).

2.4.2 A REFORMA ESTRUTURAL DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

Em dezembro de 2016, sob o governo do ex-presidente Michel Temer, o Executivo encaminhou para o Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição que alterava os artigos 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição Federal. O objetivo da proposta era “fortalecer a sustentabilidade do sistema de seguridade social, por meio do aperfeiçoamento de suas regras, notadamente no que se refere aos benefícios previdenciários e assistenciais” (Brasil, 2016). Ainda, a realização dessas alterações se mostraria “indispensável e urgente” para que fosse garantido o equilíbrio e a sustentabilidade do sistema de seguridade social para gerações atuais e futuras. A justificativa levantava todos os aspectos aqui abordados anteriormente sobre os efeitos financeiros das mudanças demográficas sobre o regime de previdência. O aumento do número de idosos, com a estimativa de crescimento de aproximadamente 262% até 2060, apontava para um aumento na quantidade de beneficiários do sistema, acompanhada por um número menor de contribuintes, o que tornaria “imprescindível a adequação do sistema de Previdência Social”. Em razão disso, mostravam-se necessárias as alterações nas regras para concessão e financiamento dos benefícios rurais, a readequação dos benefícios assistenciais e as mudanças nas disparidades das regras que eram observadas entre o RGPS e o RPPS (Brasil, 2016).

A Nova Previdência, como ficou denominada pelo governo, atuou diretamente sobre a estrutura da concessão de benefícios da aposentadoria. Para o Regime Geral, foram alteradas as idades mínimas e o tempo mínimo de contribuição. A idade mínima de aposentadoria para as mulheres passou de 60 para 62 anos, enquanto a dos homens permaneceu inalterada nos 65 anos. O tempo mínimo de contribuição que era de 15 anos para ambos os sexos, passou para 20 anos nos casos dos homens, permanecendo inalterada para as mulheres. Contudo, a principal mudança observada nesse quesito foi o fim da possibilidade de aposentadoria pelo tempo de contribuição, que antes era de, respectivamente, 30 e 35 anos para mulheres e homens. As idades mínimas e o tempo de contribuição da aposentadoria rural permaneceram inalteradas, sendo mantidos os 55 anos para mulheres, os 60 anos para homens e o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para ambos (Brasil, 2019).

Outras mudanças no RGPS consistiram na alteração nas alíquotas de contribuição e nas regras de cálculo para o valor do benefício previdenciário. As alíquotas de contribuição passaram a ser progressivas, de maneira que aqueles com maiores remunerações são também aqueles com maiores alíquotas. Por outro lado, as regras de cálculo para a aposentadoria sofreram alterações mais significativas. Para alcançar a integralidade do benefício, os homens precisarão de 40 anos de contribuição para a previdência, enquanto as mulheres de 35, sendo mantidos o piso do salário mínimo e o teto do Instituto

Nacional de Seguridade Social (INSS). Nos casos em que o tempo de contribuição for menor do que o necessário para atingir a integralidade, a regra prevê que o benefício será de 60%, acrescido de 2% por ano de contribuição que exceder o tempo mínimo e multiplicado pela média dos salários de contribuição desde 1994 (Brasil, 2019). A consequência lógica, especialmente do aumento da idade mínima e dos requisitos para alcançar a integralidade do benefício, se assenta no prolongamento do período em que a população deverá passar em atividade no mercado de trabalho.

No entanto, as alterações alcançadas pela reforma negligenciaram parte considerável das desigualdades sociais e econômicas que caracterizam o mercado de trabalho brasileiro. Para além da desigualdade de classe, fruto da estratificação social, podemos observar a influência exercida pelo gênero e pela raça nas posições ocupadas no mercado de trabalho. Segundo Cobo e Oliveira (2024), o grupo que mais está sendo afetado pela precarização do trabalho observada nos anos recentes são as mulheres negras, seguidas, em sequência, pelos homens negros. Na dimensão de gênero, as mulheres continuam a ser sobrerrepresentadas fora do mercado de trabalho, em função da persistência da divisão sexual do trabalho que relega à elas as tarefas domiciliares e familiares relacionadas ao cuidado (Cobo e Oliveira, 2024). Como aponta Oris, Baeriswyl e Ihle (2021), essas desigualdades sociais possuem o potencial de condicionar a capacidade que as pessoas têm de permanecer no mercado de trabalho durante toda a trajetória de vida e, em particular, durante a velhice.

2.4.3 A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Dois anos antes da reforma da previdência mencionada anteriormente, outra reforma dominou o debate político brasileiro. A reforma trabalhista foi promulgada pela Lei N° 13.467, de 13 de julho de 2017, e se caracterizou por ser o conjunto mais significativo de alterações na regulação das relações trabalhistas no Brasil desde 1943, ano da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O pretexto da reforma sinaliza no sentido de que ela buscava aumentar a produtividade do trabalho, a formalização dos trabalhadores e garantir uma maior segurança jurídica para os contratos de trabalho. No entanto, para Carvalho (2017), a reforma teve como essência, de fato, a superação da compreensão estabelecida de que a venda da força de trabalho, enquanto mercadoria, fundamenta-se numa relação entre pessoas, buscando substituí-la por uma visão que enxerga a força de trabalho como outra mercadoria qualquer, onde prevalece a livre negociação entre as partes.

Dentre as principais mudanças apresentadas pela reforma, está a prevalência dos acordos coletivos de trabalho sobre a legislação vigente, o que possibilita, por exem-

plo, a negociação do enquadramento de insalubridade no trabalho. Porém, algumas outras mudanças também chamaram atenção na caracterização da reforma, como a flexibilização da jornada de trabalho, com possível aumento das jornadas menores e maiores que as jornadas usualmente estabelecidas, e a flexibilização da remuneração do trabalho, através, principalmente, do aumento de prêmios e remuneração por produtividade na composição salarial, com o ônus sobre a base de incidência da contribuição para a previdência (Carvalho, 2017). Na prática, ao avançar na descentralização das negociações a respeito dos contratos de trabalho, as alterações previstas na reforma promoveram, simultaneamente, uma redução do poder de barganha dos trabalhadores e um enfraquecimento dos sindicatos.

Além dessas mudanças, a reforma de julho de 2017 versou ainda sobre duas outras formas de contrato de trabalho: o trabalho intermitente e o trabalho autônomo. No primeiro, considera-se como trabalho intermitente aquele em que a prestação de serviços não é contínua, ocorrendo a partir de alternâncias entre períodos nos quais o serviço é prestado e períodos de inatividade. A nova forma de contrato, no entanto, não estabeleceu o período mínimo de separação entre a prestação de serviços e a inatividade, tampouco determinou as horas previstas no trabalho intermitente, o que, para Carvalho (2017), contribuiu para a lógica da impessoalização da venda da força de trabalho, assemelhando-a à uma espécie de aluguel de serviços. Já no que diz respeito ao trabalho autônomo, o escopo da reforma vedou a possibilidade de estabelecimento de vínculo empregatício com os trabalhadores dessa categoria, ainda que o trabalho fosse feito de forma exclusiva e contínua, como previa a legislação anterior (Carvalho, 2017).

Contudo, o impacto que a reforma pode ter sobre a formalização dos postos de trabalho e sobre as desigualdades foi o mais controverso até aqui. Na concepção de Cobo e Oliveira (2024), a reforma trabalhista contribuiu para o agravamento das desigualdades observadas no mercado de trabalho, tanto no que diz respeito às desigualdades de gênero, através da divisão sexual do trabalho, quanto nas desigualdades raciais. Para os autores, para que seja possível a geração de empregos formais e de qualidade, é necessário que haja um crescimento econômico sustentado nas bases de um sistema de seguridade social bem definido (Cobo e Oliveira, 2024). Essa relação com o desenvolvimento econômico também foi pontuada por Carvalho (2017), para quem as políticas de redução do custo do trabalho costumam apresentar poucos efeitos sobre a taxa de formalização. Nesse sentido, se a reforma terá como resultado a formalização dos postos de trabalho antes informais e precários ou a precarização dos trabalhos até então formais, dependerá mais do desempenho da economia como um todo do que da reforma em si (Carvalho, 2017).

Dessa forma, a reforma trabalhista de 2017 assume papel relevante no contexto aqui desenvolvido, à medida que redefine o cenário institucional no qual a população mais velha busca permanecer ativa no mercado de trabalho. Ao flexibilizar contratos, jornadas

e formas de remuneração, a reforma impacta diretamente a qualidade e a estabilidade dos postos de trabalho disponíveis, especialmente para os grupos mais vulneráveis, como os trabalhadores mais velhos. Esse novo arranjo pode ampliar a precarização do trabalho justamente nos segmentos da população onde o envelhecimento exige maior atenção, aprofundando desigualdades e condicionando a permanência no trabalho não pela escolha, mas pela necessidade.

3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Este capítulo tem como objetivo identificar potenciais mudanças na associação entre as condições sociais e econômicas da população mais velha, mais especificamente a população urbana acima de 54 anos, e seus padrões de participação no mercado de trabalho, sob o recorte das desigualdades de raça e gênero. O foco principal desta análise consiste em identificar o perfil social, econômico e, principalmente, ocupacional dessa participação, buscando: i) descrever as particularidades nas formas de participação de homens e mulheres mais velhos no mercado de trabalho, assim como suas alterações ao longo do tempo, em comparação com os grupos etários mais jovens e ii) compreender a relação entre o papel econômico das famílias, especialmente em sua dimensão econômica, e a estrutura de determinação da participação dos indivíduos mais velhos no mercado de trabalho, procurando destacar a importância dos rendimentos familiares e dos rendimentos provenientes de outras fontes que não a do trabalho nessa estrutura de determinação. A ideia reside em verificar os padrões e estas associações com as diferentes desigualdades e suas possíveis alterações ao longo do tempo como resposta tanto às mudanças institucionais ocorridas no mercado de trabalho, abordadas na seção anterior, quanto às duas crises econômicas pelas quais passou a economia brasileira no período recente.

Considerando o cenário brasileiro de desigualdades sociais e econômicas latentes, assim como a forma pela qual essas desigualdades afetam o processo de envelhecimento da sociedade (Camarano e Pasinato, 2007; Oris, Baeriswyl e Ihle, 2021), este trabalho examina a tendência de persistência das desigualdades sociais à luz da possibilidade do fenômeno de polarização entre a população mais velha no mercado de trabalho. Se, por um lado, sabemos que o acesso aos rendimentos mais elevados estão associados aos maiores custos de oportunidade na transição para a inatividade (Scott, 2023), por outro, a necessidade de rendimentos econômicos leva os idosos com menores rendas familiares e, portanto, maiores graus de dependência do trabalho, a estarem mais propensos a permanecer no mercado de trabalho (Wajnman, Hermeto e Oliveira, 2006). Assim, essa possível polarização seria caracterizada por dois padrões distintos e antagônicos de participação: de um lado, a permanência seria motivada pela necessidade, devido à situação de escassez dos recursos financeiros necessários para sobrevivência; de outro, a permanência estaria associada à manutenção do prestígio social, como consequência do custo de oportunidade associado à aposentadoria, ao papel social exercido pelo trabalho e às melhores condições laborais de permanência.

Esta seção, portanto, analisa empiramente as informações alcançadas através de duas estratégias básicas. Em primeiro lugar, faz-se uma análise descritiva dos dados

obtidos, explorando as principais características da população acima de 54 anos nas áreas urbanas do Brasil que permanece no mercado de trabalho em comparação, sempre, com os grupos etários mais jovens. A definição do recorte etário decorre da importância de observarmos também o período de transição no mercado de trabalho, e não apenas a oferta de trabalho quando já alcançada a velhice. Essa transição, segundo Scott (2023), se torna mais frequente a partir dessa faixa, anterior aos 60 anos. Posteriormente, são realizados alguns exercícios econométricos, buscando explicitar através dos modelos selecionados a estrutura de determinação e, principalmente, a correlação estatística entre as variáveis escolhidas, com foco na relação entre a classe social e econômica dos domicílios e as características de participação no mercado de trabalho dos indivíduos mais velhos.

3.1 BASE DE DADOS E ANÁLISE DESCRITIVA

Para que seja possível analisar as mudanças na relação entre as condições socioeconômicas da população mais velha e seus padrões de inserção no mercado de trabalho, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo IBGE. A PNADC é uma pesquisa domiciliar conduzida, sobretudo, sob o objetivo de monitorar as flutuações de curto e longo prazo no mercado de trabalho. A pesquisa foi implementada em 2012 e se caracteriza por sua abrangência, que produz informações importantes sobre o mercado de trabalho e outros aspectos sociais e econômicos da população. O escopo da pesquisa nos permite acompanhar indicadores relevantes do trabalho, como a taxa de ocupação, informalidade, massa salarial, rendimento médio, além de características demográficas essenciais para este estudo, como as características etárias e domiciliares da população brasileira. A coleta de dados da pesquisa é realizada trimestralmente, onde cada domicílio permanece na amostra e é entrevistado por cinco trimestres consecutivos.

No caso deste trabalho, compreende-se que um dos fatores determinantes para a decisão de permanecer no mercado de trabalho à medida que se envelhece se encontra nas rendas em que as pessoas conseguem acessar fora do mercado de trabalho. Isto é, rendimentos provenientes, por exemplo, de programas governamentais de auxílio à população, como o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, benefícios previdenciários, além de rendimentos obtidos pelos demais membros do domicílio. Em razão disso, optou-se pelo uso dos suplementos anuais de “Rendimentos de Outras Fontes” da PNADC. Esses suplementos anuais são módulos adicionais da pesquisa que auxiliam na coleta de dados sobre temas específicos que não são abordados na pesquisa regular. No caso do suplemento de rendimentos de outras

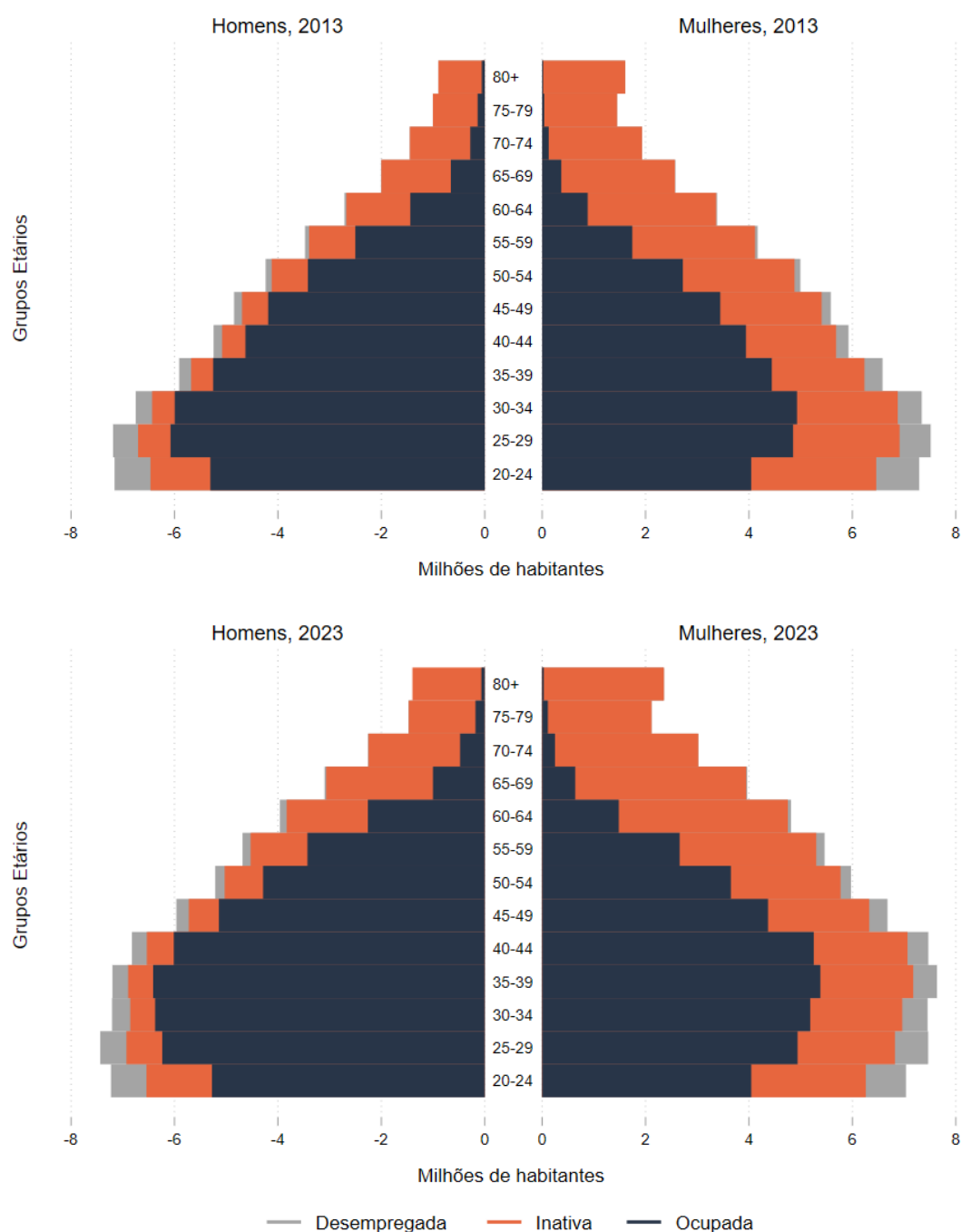
fontes, o módulo contempla perguntas exatamente sobre os rendimentos que não são provenientes diretamente do mercado de trabalho.

A divulgação anual do suplemento selecionado abrange todos os anos de realização da pesquisa, entre 2012 e 2023. No entanto, para este trabalho foram selecionados apenas os anos de 2013, 2018 e 2023, devido à relativa estabilidade apresentada no mercado de trabalho durante esses anos, principalmente, quando comparados com os demais anos disponíveis, marcados por recessões na economia. Aqui compreendemos que esses anos disponibilizem indícios melhores e mais confiáveis sobre a tendência do mercado de trabalho, sem capturar o momento exato do choque as crises econômicas do período, além de representarem os momentos antes, durante e após as reformas institucionais analisadas, situadas entre os anos de 2017 e 2019, o que os torna especialmente únicos para análise das mudanças ocorridas no período. Além disso, optou-se por selecionar indivíduos apenas das áreas urbanas do Brasil. Isso se deu em razão das especificidades encontradas no mercado de trabalho brasileiro nos setores rurais, onde a existência da aposentadoria rural, que se diferencia significativamente da aposentaria nos setores urbanos, relega outra trajetória de saída do mercado de trabalho para a população dessas áreas.

A base de dados compilada reúne 1.296.566 observações referentes aos três anos selecionados, sendo composta, predominantemente, por mulheres e homens negros, seguidos por mulheres e homens brancos. A análise ao longo dos anos, ainda que num período relativamente curto de uma década, já evidencia o fenômeno do envelhecimento populacional, perceptível tanto pelo aumento da idade média da amostra, que passou de 32 para 36 anos entre os anos analisados, quanto pela mudança na distribuição etária das observações. Nesse período, a participação na amostra dos indivíduos acima de 54 anos cresceu 7 pontos percentuais, passando a representar cerca de $\frac{1}{4}$ da população em 2023. Em contrapartida, a participação daqueles com até 34 anos de idade foi reduzida em aproximadamente 9 pontos percentuais, refletindo diretamente a queda da taxa de fecundidade discutida na seção anterior deste trabalho.

O envelhecimento populacional, no entanto, não se limita apenas às dinâmicas demográficas da população, mas exerce impactos significativos no mercado de trabalho. Embora possamos observar o crescimento generalizado da população empregada, impulsionado naturalmente pelo próprio aumento da população, a expansão mais expressiva entre os grupos etários ocorreu exatamente na faixa dos indivíduos acima de 54 anos. Esse grupo passou a representar 16% da população empregada em 2023, um avanço significativo se comparado aos 11% que representava em 2013. Como consequência, a idade média da população empregada aumentou cerca de três anos, atingindo 40 anos em 2023. Essa tendência de aumento reforça e justifica a necessidade e a urgência de analisarmos as especificidades dessa participação em todas as suas dimensões.

Figura 3.1 – Distribuição etária da população por status no mercado de trabalho, segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013 e 2023



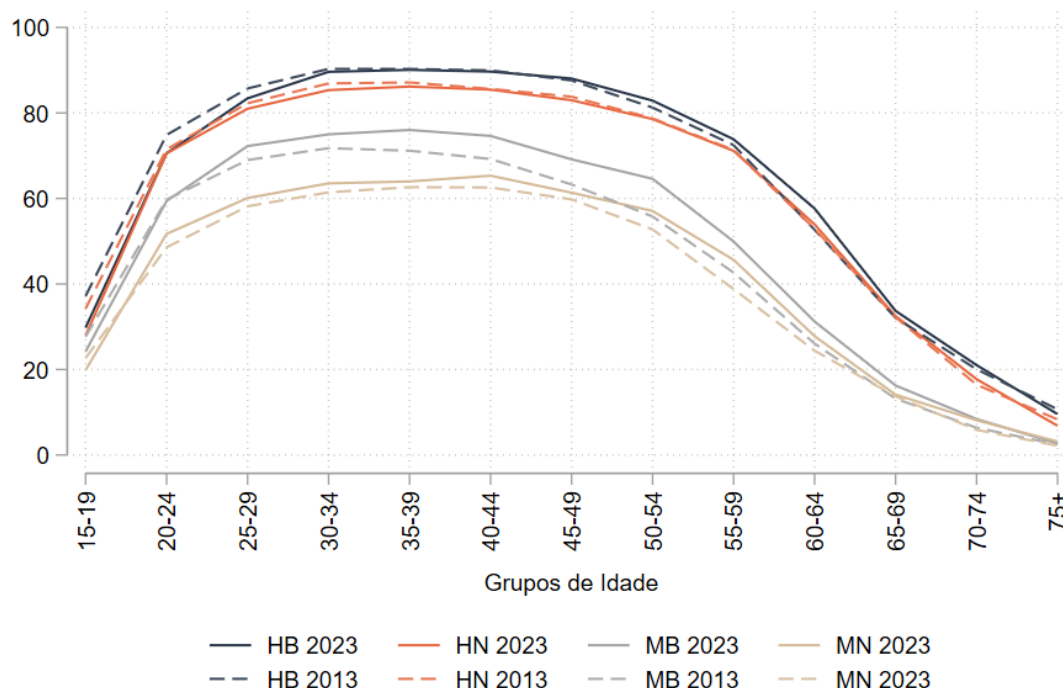
Fonte: PNADC. Elaboração própria.

A Figura 3.1 evidencia ainda que, à medida que a idade avança, as taxas de desemprego tendem a diminuir significativamente. Isso sugere que, para os trabalhadores mais velhos, o desemprego torna-se cada vez menos uma opção, de maneira que, nessa faixa etária, a saída do emprego ocorre, majoritariamente, em direção à inatividade. Essa dinâmica está associada, principalmente, ao acesso dos mais velhos a rendas

alternativas ao trabalho, como aposentadorias, benefícios sociais ou, no caso dos mais favorecidos, rendimentos patrimoniais, o que não ocorre entre os mais jovens, onde a saída do emprego está mais associada ao desemprego do que à inatividade.

No entanto, ao contrário do que pode parecer no primeiro momento, o aumento da presença dos grupos mais velhos no mercado de trabalho não é resultado apenas do crescimento da população idosa no geral, mas representa uma importante mudança na intensidade de participação, com o aumento da taxa de participação de algumas das faixas etárias acima de 54 anos. Embora ainda apresentem a menor taxa de participação entre os maiores de 18 anos – o que é esperado –, a população com mais de 54 anos aumentou sua taxa de participação em cerca de 2 pontos percentuais entre os anos analisados. Embora ainda marginal, essa mudança indica que o envelhecimento populacional brasileiro vem sendo acompanhado também de mudanças nas capacidade de participação no mercado de trabalho, com pessoas mais propensas a permanecerem em atividade. Esse é o caso, por exemplo, das mulheres na faixa etária de 55 a 59 anos, que apresentaram aumentos significativos na participação, como fica demonstrado pela Figura 3.2.

Figura 3.2 – Taxa de ocupação (%) da população por grupos de idade, segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013 e 2023



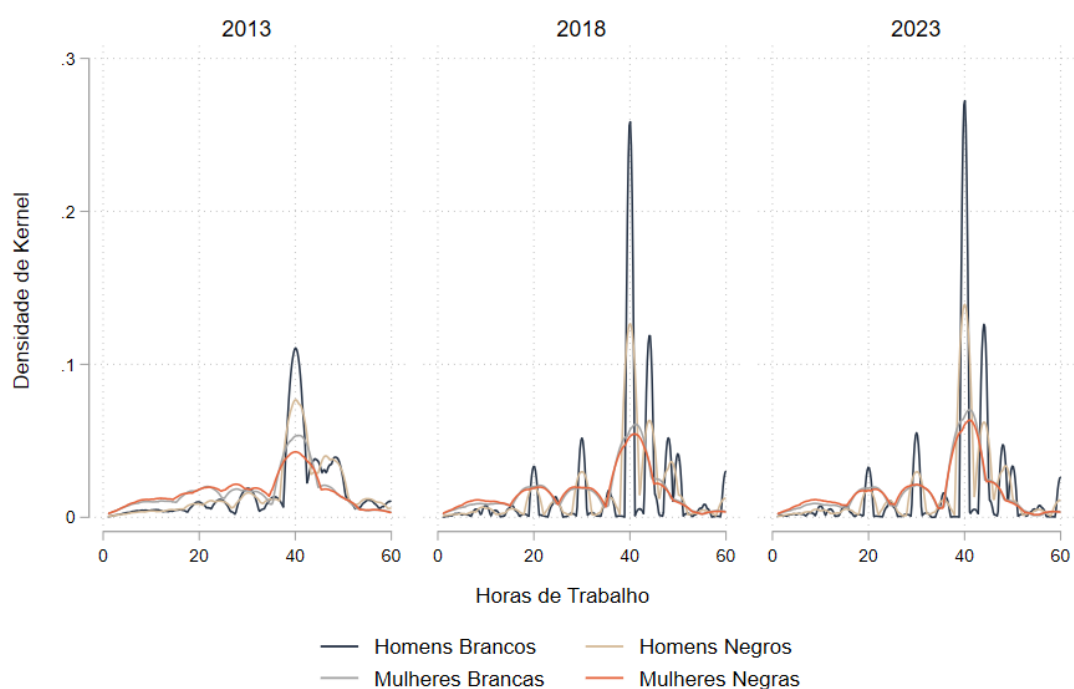
Fonte: PNADC. Elaboração própria.

No caso dos homens, apesar da redução na participação dos mais jovens, houve um aumento na participação entre aqueles na faixa de 60 a 64 e acima de 70 anos.

Comparativamente, em 2013, cerca de 80% dos homens entre 55 e 59 anos já estavam no mercado de trabalho, enquanto que, entre as mulheres da mesma faixa etária, essa taxa era um pouco superior a 40%. Isso sugere que o potencial de crescimento da participação feminina é ainda maior, o que pode representar uma resposta parcial à redução da oferta de trabalho decorrente do envelhecimento populacional.

Em outra dimensão importante, as variações encontradas na análise da jornada de trabalho da população mais velha apontam para a mesma direção. Isto porque a jornada média no trabalho principal do grupo acima de 54 anos é ligeiramente menor do que a jornada observada entre seus pares mais jovens. Essa diferença, também esperada, reflete a tendência de permanência em ocupações com menores níveis de exigências físicas e psicológicas, o que inclui menores jornadas laborais, e pode indicar a retirada gradual do mercado de trabalho, como discutido por Scott (2023). No entanto, ainda que essa diferença exista, ela ocorre muito marginalmente, o que nos leva a refletir se essa retirada gradual via jornadas menores está no horizonte de possibilidades dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, também podemos observar a diferença entre homens e mulheres, uma vez que a redução na jornada média dos homens acima de 54 anos não é acompanhada por uma redução semelhante na jornada média das mulheres, que observam um aumento discreto entre os anos analisados.

Figura 3.3 – Densidade de Kernel da jornada no trabalho principal segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023



Fonte: PNADC. Elaboração própria.

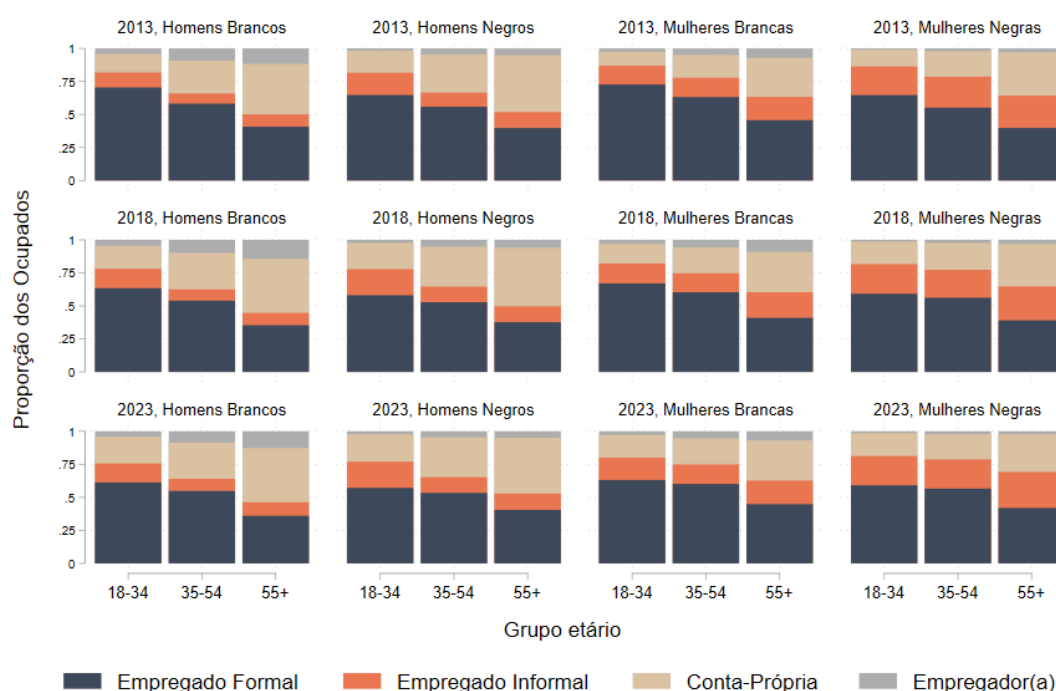
Essas diferenças podem ser explicadas, principalmente, por dois fatores. Em primeiro lugar, a gente observa um aumento da proporção de trabalhadoras mulheres em empregos de jornada integral ao longo dos anos analisados. Embora tanto as mulheres brancas quanto as mulheres negras mais velhas ainda estejam sub-representadas entre os mais velhos em jornada integral, essa participação tem aumentado ao longo do tempo, como demonstra a Figura 3.3, ao apresentar a densidade de Kernel da jornada de trabalho. Por outro lado, há aqui os primeiros indícios da polarização hipotetizada neste estudo. Isso porque podemos observar um aumento significativo da proporção de trabalhadores negros, tanto homens quanto mulheres, em jornadas inferiores a 16 horas semanais, enquanto a participação da população branca nesse regime de trabalho diminui. Paralelamente, observa-se uma concentração em jornadas típicas de ocupações formais, sobretudo entre homens brancos. Isso poderia sugerir uma migração dos trabalhadores mais velhos para empregos formais ao longo dos anos, hipótese que, no entanto, não se confirma na análise das ocupações realizada adiante, que aponta para outra direção. Uma hipótese sobre esse movimento seria a readaptação do mercado de trabalho após as crises econômicas e as reformas previdenciárias e do trabalho daquela década, que demandaria mais elementos para análise em outro estudo específico.

Ao analisarmos a distribuição dos trabalhadores por posição na ocupação, no entanto, identificamos padrões de participação mais distintos entre os grupos sociodemográficos analisados. De modo geral e mais evidente, observamos que a importância relativa dos empregos formais diminui à medida que avançamos a análise para os grupos etários mais velhos. Do outro lado da mesma moeda, a participação em ocupações por conta-própria se torna mais expressiva. Essa observação reproduz os padrões de participação encontrados por Scott (2023) e preconizados por Acemoglu, Mühlbach e Scott (2022). Entre os homens brancos, destaca-se o crescimento da posição de empregador com o avanço da idade, uma tendência que se mantém ao longo dos anos. Em 2023, 13% dos homens brancos mais velhos empregados ocupavam essa posição, em contraste com apenas 2,7% das mulheres negras acima de 54 anos naquele ano. Para essas trabalhadoras negras, as ocupações informais seguem desempenhando um papel central entre as mais velhas, com as maiores taxas observadas entre todos os grupos de gênero e raça, em detrimento, principalmente, das ocupações por conta-própria e como empregadoras, quando comparadas com as mulheres brancas ou com os homens negros, por exemplo. Apesar do aumento da participação como conta-própria entre as mulheres negras, podemos observar que esse aumento é menor do que o observado nos outros grupos, como pode ser observado na Figura 3.4.

Essa característica indica que, apesar do terreno em comum da perda de relevância relativa das ocupações formais e do aumento da importância das ocupações por conta-própria, a trajetória de vida se apresenta diversa para os diferentes grupos, como aponta

Lozano e Rentería (2019). Podemos pensar que, ainda que sob a bandeira da precariedade, ocupações por conta-própria exigem algum grau de independência e autonomia financeira, que depende em último grau do acúmulo de vantagens ao longo de toda a carreira. Nesse sentido, em razão das desigualdades sociais e econômicas no Brasil urbano, os homens brancos mais velhos estão melhor posicionados para ocuparem não só as ocupações por conta-própria, mas também as posições como empregador durante o envelhecimento, estas podendo ser, inclusive, vistas como um estágio mais avançado das primeiras. Em contrapartida, a permanência das mulheres negras, impossibilitadas de terem seu próprio negócio, precisa se dar através das ocupações informais nas quais não possuem os meios necessários para fazer a transição em direção às ocupações por conta-própria. Ainda que essas características ocupacionais não impliquem, necessariamente, em condições precárias de trabalho, elas nos dão os primeiros indícios das desigualdades persistentes entre os mais velhos, ainda que neste caso, a avaliação da qualidade da ocupação deve considerar as motivações e os imperativos que determinam essa permanência.

Figura 3.4 – Distribuição dos ocupados por posição na ocupação e grupo etário, segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023

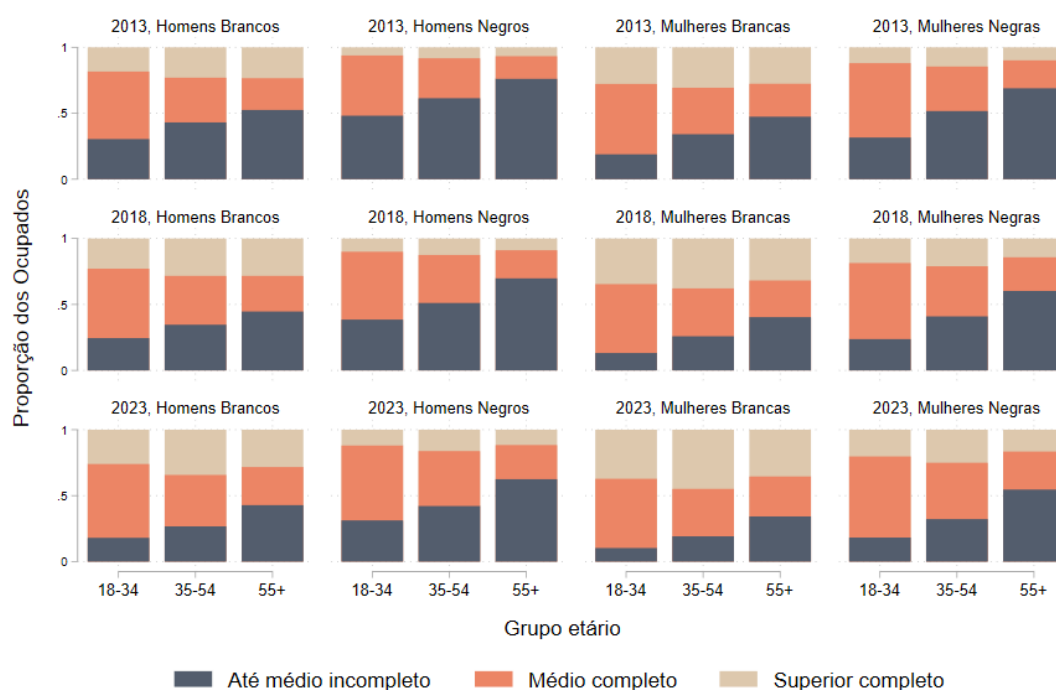


Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Outra dimensão importante da participação dos mais velhos no mercado de trabalho consiste no nível educacional apresentado por este grupo. No geral, já sabemos que a escolaridade exerce influência significativa sobre as características de participação no mercado de trabalho, uma vez que indivíduos mais escolarizados tendem a apresentar

maior taxa de atividade, acessar ocupações de melhor qualidade e obter salários mais elevados (Wanjman, Hermeto e Oliveira, 2006). Segundo Borjas (2011), a educação aumenta o capital humano dos trabalhadores, elevando seu produto marginal e, conseqüentemente, os incentivos econômicos à inserção e permanência no mercado de trabalho. Entre os mais velhos no mercado de trabalho, como podemos observar na Figura 3.5, predomina a parcela da população sem ensino médio completo, especialmente entre a população negra. Neste caso, destacam-se, principalmente, as diferenças observadas entre os grupos etários, onde a população sem ensino médio completo tende a ser menor entre os grupos mais jovens. Aqui nos deparamos com um efeito coorte importante, visto que houve, nas últimas décadas, um avanço significativo na escolarização da população brasileira (Salata, Bringhenti e Miranda, 2025). Paralelamente à essas mudanças, vale destacar a resiliência da parcela com ensino superior completo ao longo dos diferentes grupos etários. Apesar das disparidades observadas entre negros e brancos, essa categoria mantém sua participação relativamente estável, sugerindo que, apesar do efeito coorte, indivíduos com maior escolaridade tendem a possuir mais facilidade de permanecerem ativos no mercado de trabalho conforme envelhecem, como também foi apontado por Wanjman, Hermeto e Oliveira (2006).

Figura 3.5 – Distribuição dos ocupados por nível de instrução e grupo etário, segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023

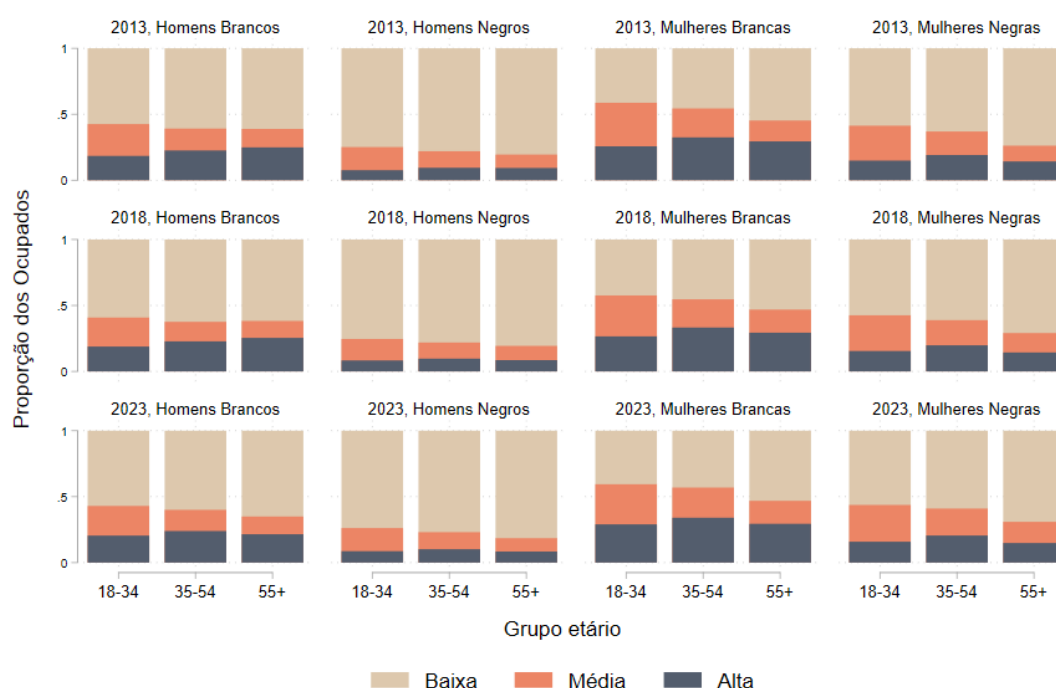


Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Essa consistência, no entanto, ocorre enquanto a população com ensino médio

completo perde espaço entre os ocupados de idades mais avançadas. Esse fenômeno, em termos estáticos de análise, aponta para a polarização do mercado de trabalho, onde os que permaneceram no mercado de trabalho são, exatamente, os menos e os mais escolarizados. Os primeiros, muito provavelmente, em razão da necessidade financeira de permanência, enquanto os segundos em razão das oportunidades concedidas pela própria ocupação, como maiores salários, maiores comodidades e benefícios. Nesse contexto, importa destacar a enorme disparidade racial dessa escolarização. Isso porque, ao analisarmos o caso da população negra, podemos observar menores incidências de trabalhadores com ensino superior em todas as faixas etárias, embora isto venha sendo atenuado ao longo do tempo. Isso reforça que a polarização aqui observada se materializa a partir das desigualdades raciais observadas entre a população brasileira.

Figura 3.6 – Distribuição dos ocupados por categoria sócio-ocupacional e grupo etário, segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023



Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Essas diferenças nos níveis educacionais têm como consequência os padrões de participação observados segundo as categorias sócio-ocupacionais. Para análise, as ocupações foram classificadas como sendo de alta, média e baixa categoria, de acordo com os grupamentos ocupacionais da PNADC, baseados na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A categoria *alta* agrega os diretores, gerentes, profissionais das ciências e intelectuais; a *média*, diz respeito aos técnicos e profissionais de nível médio e de apoio administrativo; e a *baixa*, concentra os trabalhadores dos serviços, vendedores

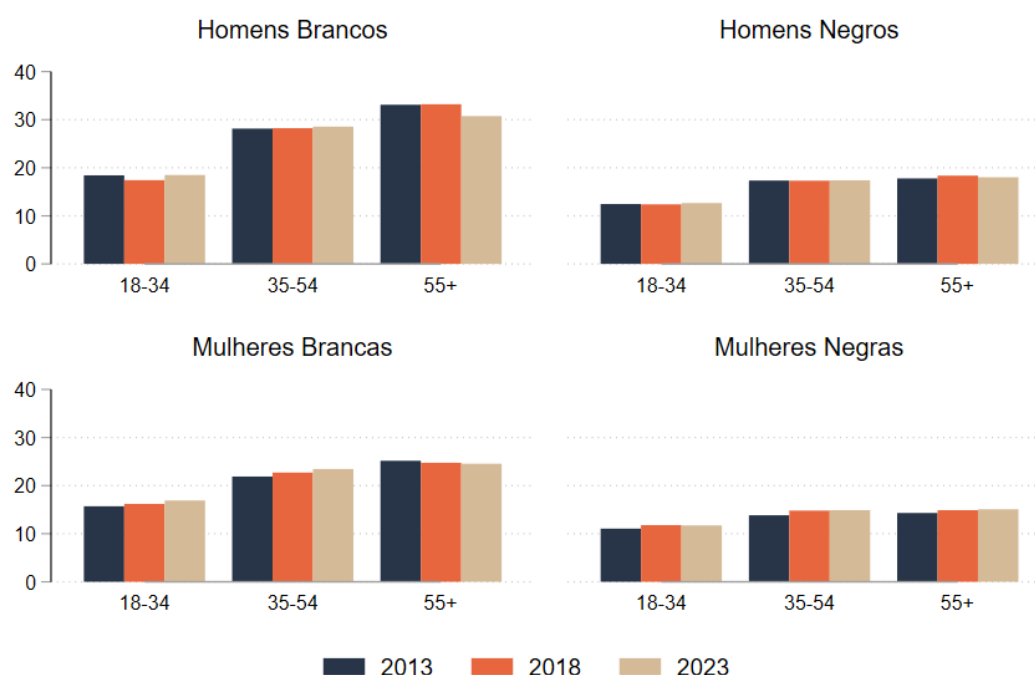
do comércio, trabalhadores agrícolas qualificados, operários e artesãos, operadores de instalações e máquinas, membros das forças armadas e auxiliares e profissionais de outras ocupações elementares ou mal definidas. A Figura 3.6 apresenta a proporção dos ocupados por cada uma destas categorias, de acordo com o sexo, a raça e o ano de análise.

Assim, podemos observar uma tendência geral de maior participação em ocupações de baixa categoria no grupo dos mais velhos, quando comparados com as demais faixas etárias. Ainda que marginal, em 2023, por exemplo, essa diferença pode ser observada para todos os grupos de gênero e raça, embora seja mais significativa entre as mulheres. Também neste caso, o aumento da participação em ocupações de categoria baixa ocorre em detrimento da participação em ocupações de categoria média. No que diz respeito à participação em ocupações de categoria alta, entre o grupo mais velho e o mais jovem há uma diferença na participação relativa de cerca de dois pontos percentuais, observada em ambos os gêneros. Quando combinados, a maior participação em categorias baixas e a menor participação em categorias médias, com relativa estabilidade na participação em ocupações de categoria alta, apontam para uma possível polarização entre os mais velhos no mercado de trabalho, onde se torna mais evidente a diminuição da importância das categorias médias.

Como última consequência, espera-se que a polarização decorrente das diferenças de participação segundo nível de escolaridade e categoria sócio-ocupacional se manifeste, sobretudo, nas desigualdades das remunerações do trabalho. Essas desigualdades podem ser observadas abaixo, através da Figura 3.7, onde torna-se possível analisar que, à medida que se avança em direção ao grupo etário mais velho, a diferença salarial entre os grupos de sexo e raça aumenta de forma significativa. Apesar da desigualdade salarial de gênero e raça estar presente em todos os grupos etários, ela se mostra mais forte no grupo acima de 54 anos. Neste caso, destaca-se novamente o caráter racial das desigualdades, onde os salários de homens e mulheres brancas despontam dos seus pares negros. No ano de 2013, por exemplo, a remuneração média por hora de trabalho das mulheres negras na faixa de 18 a 34 anos representava 60% da remuneração média dos homens brancos da mesma faixa etária. No entanto, quando passamos para o grupo acima de 54 anos, essa proporção se reduzia para cerca de 44%. Isso significa que, a despeito dos altos níveis de desigualdade racial e de gênero já apresentados, o mercado de trabalho torna-se ainda mais desigual quando se analisa o grupo dos mais velhos, reforçado pelas desigualdades raciais que dão maior força à polarização. A explicação desse aumento das desigualdades pode ser encontrada nos próprios padrões de participação do grupo mais velho. Isto porque, como visto anteriormente, o aumento da participação em ocupações por conta-própria é acompanhada, no caso dos homens brancos, pelo aumento da participação como empregador, e no caso das mulheres negras,

pelo aumento da participação como informal. Ou seja, as posições ocupacionais que têm maior aderência entre as mulheres negras mais velhas são exatamente as posições com menores níveis salariais, enquanto que, entre os homens brancos, a maior participação enquanto empregador possibilita o aumento da remuneração média, já que as maiores remunerações por hora de trabalho são encontradas nestas ocupações.

Figura 3.7 – Remuneração do trabalho principal por hora de trabalho em reais, segundo grupo etário e grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023

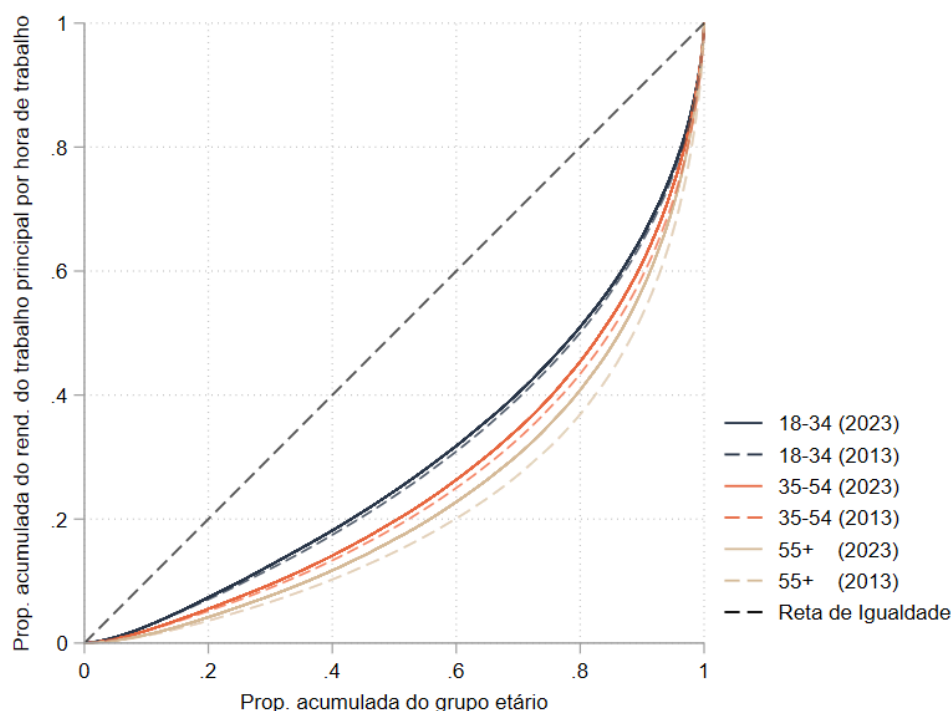


Fonte: PNADC. Elaboração própria.
Valores deflacionados para o ano de 2023.

Essa dinâmica de uma desigualdade salarial maior entre os mais velhos fica mais evidente na Figura 3.8, que nos apresenta as curvas de Lorenz associadas aos rendimentos médios por hora de trabalho dos grupos etários em 2013 e 2023 para a população urbana brasileira. As curvas ilustram a relação entre a proporção da população acumulada no eixo horizontal, e a proporção dos rendimentos acumulados, no vertical. A reta de igualdade representa um cenário hipotético, de distribuição completamente igualitária, em que 50% da população detém 50% da renda, por exemplo. Quanto mais distante uma curva estiver da reta de igualdade, maior será a desigualdade associada a ela. Com isso, podemos observar que as curvas mais distantes da reta de perfeita igualdade são exatamente as curvas do grupo etário mais velho, indicando que a desigualdade dentro do grupo acima de 54 anos no mercado de trabalho é superior à desigualdade encontrada nos demais grupos etários. Apesar disso, podemos observar a tendência entre os pontos no tempo, que evidencia uma redução das desigualdades apresentadas que, apesar de

ser marginal em todos os casos, é maior entre o grupo mais velho. Ou seja, apesar de apresentar a maior desigualdade, a faixa acima de 54 anos apresenta também a maior mudança em termos de desigualdade salarial entre os anos analisados aqui.

Figura 3.8 – Curva de Lorenz do rendimento do trabalho principal por hora de trabalho, segundo grupo etário - Brasil urbano, 2013 e 2023

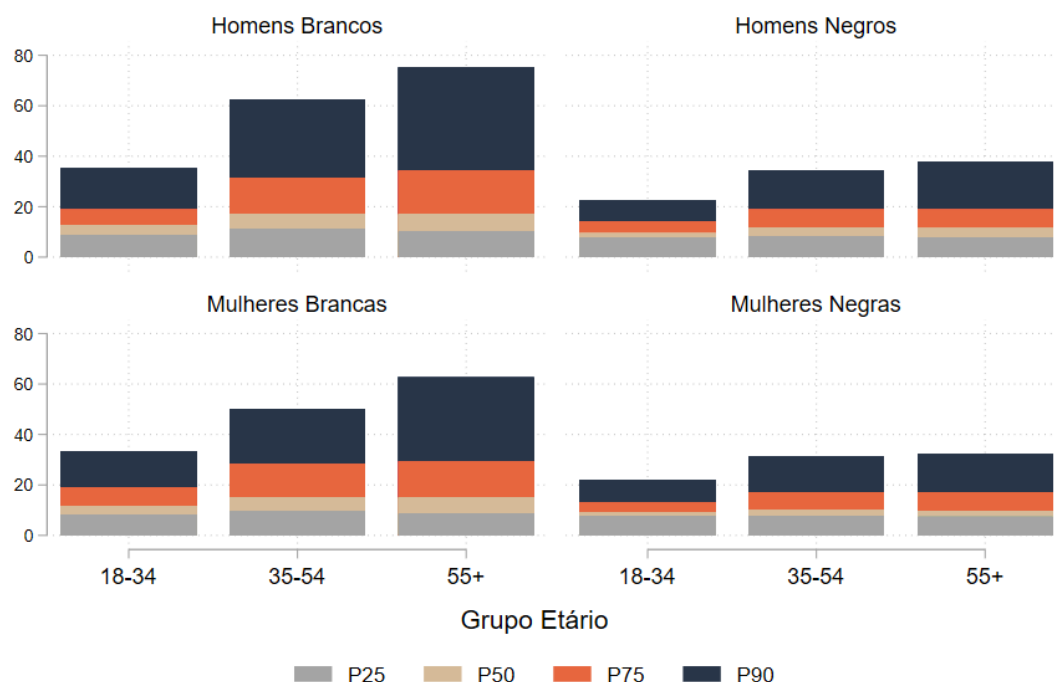


Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Isto reforça a compreensão de que a desigualdade no grupo etário mais velho reflete a persistência das outras desigualdades do mercado de trabalho brasileiro. Neste caso, especificamente, o aprofundamento das desigualdades no grupo acima de 54 anos com relação aos demais grupos etários está associado ao descolamento salarial de uma pequena parcela da população branca, especialmente dos homens. Na Figura 3.9 podemos notar como as maiores remunerações médias no grupo mais velho estão associadas especialmente ao aumento das remunerações no topo da distribuição salarial, isto é, no 90º percentil, visto a relativa estabilidade da mediana das remunerações. Apesar do crescimento mais vistoso entre homens brancos, essa diferença pode ser observada também entre mulheres brancas e homens negros, enquanto que as mulheres negras apresentam menores diferenças na estrutura remuneratória entre as faixas etárias, o que indica uma maior estratificação delas no mercado de trabalho. Se, por um lado, a mediana da remuneração por hora de trabalho dos homens brancos é 76% maior do que a mediana das mulheres negras na faixa etária acima de 54 anos, por outro, o 90º percentil é cerca de 134% maior. Quando comparamos entre os grupos etários, o

percentil 90 dos homens brancos com mais de 54 anos, em 2023, era cerca de 114% maior do que o apresentado pela faixa etária de 18 a 34 anos dos mesmos homens brancos. Enquanto isso, a diferença entre os grupos etários para os homens e mulheres negras é de, respectivamente, 66% e 46%.

Figura 3.9 – Percentis do rendimento por hora do trabalho principal por grupo etário e percentil, segundo grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2023



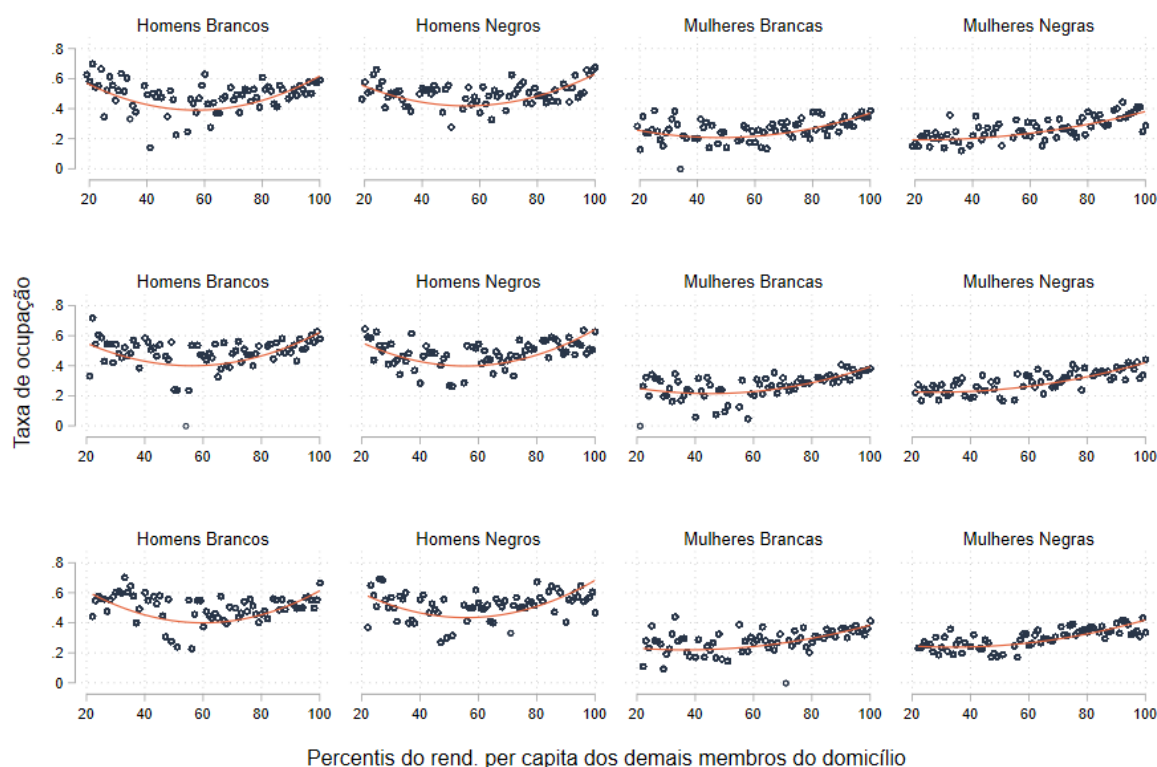
Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Desse modo, compreendemos que essa intensificação das desigualdades no mercado de trabalho reflete as diferentes condições de participação dos próprios grupos sociodemográficos. Essas condições desiguais, na hipótese aqui desenvolvida, têm como retrospecto a trajetória de vida das próprias pessoas, marcadas por desigualdades persistentes, e como horizonte a reprodução de capacidades sociais e econômicas desiguais (Oris, Baeriswyl e Ihle, 2021). Nesse raciocínio, a participação deve estar relacionada à dependência da renda do domicílio com relação ao trabalho dessa pessoa. Essa dependência vai se apresentar em maior ou menor grau a depender dos rendimentos auferidos pelas outras pessoas do domicílio e dos rendimentos da própria pessoa que sejam provenientes de outras fontes que não a do trabalho. A hipótese basilar é que quanto maior forem ambos esses rendimentos, menor vai ser o incentivo para essa pessoa trabalhar. No entanto, sob a tese da polarização, entende-se que as rendas mais altas da população estão associadas com melhores condições de ocupação no mercado de trabalho e, portanto, maiores remunerações e prestígio associado à posição social a qual

aquele trabalhador ocupa. Assim, a base e o topo da distribuição de renda apresentariam as maiores taxas de ocupação, em detrimento do meio da distribuição.

Essa relação entre as taxas de ocupação e os rendimentos per capita dos demais membros do domicílio que a Figura 3.10 busca evidenciar. Nela se torna claro que, no geral, a relação entre ambas as variáveis não é estritamente linear, visto que as taxas se mantêm relativamente estáveis nos menores percentis, com uma discreta tendência de inclinação negativa no primeiro instante, enquanto que, a partir da mediana do rendimento dos outros membros, as taxas de ocupação aumentam. Entre os homens brancos no ano de 2023, por exemplo, a taxa de ocupação daqueles situados nos 20% domicílios mais pobres é, em média, de cerca de 40%. Essa mesma taxa alcança 35% entre aqueles situados na mediana e 44% entre os 20% mais ricos. Com diferenças sutis, esse padrão pode ser observado entre todos os grupos e anos, sugerindo que, além de o padrão se manter ao longo do tempo, as condições e motivações de participação vão além da renda domiciliar, visto que as observações apontam para maiores taxas exatamente entre os domicílios mais privilegiados.

Figura 3.10 – Taxa de ocupação dos indivíduos com 54 anos ou mais, segundo percentil dos rendimentos per capita dos outros membros do domicílio, por grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023

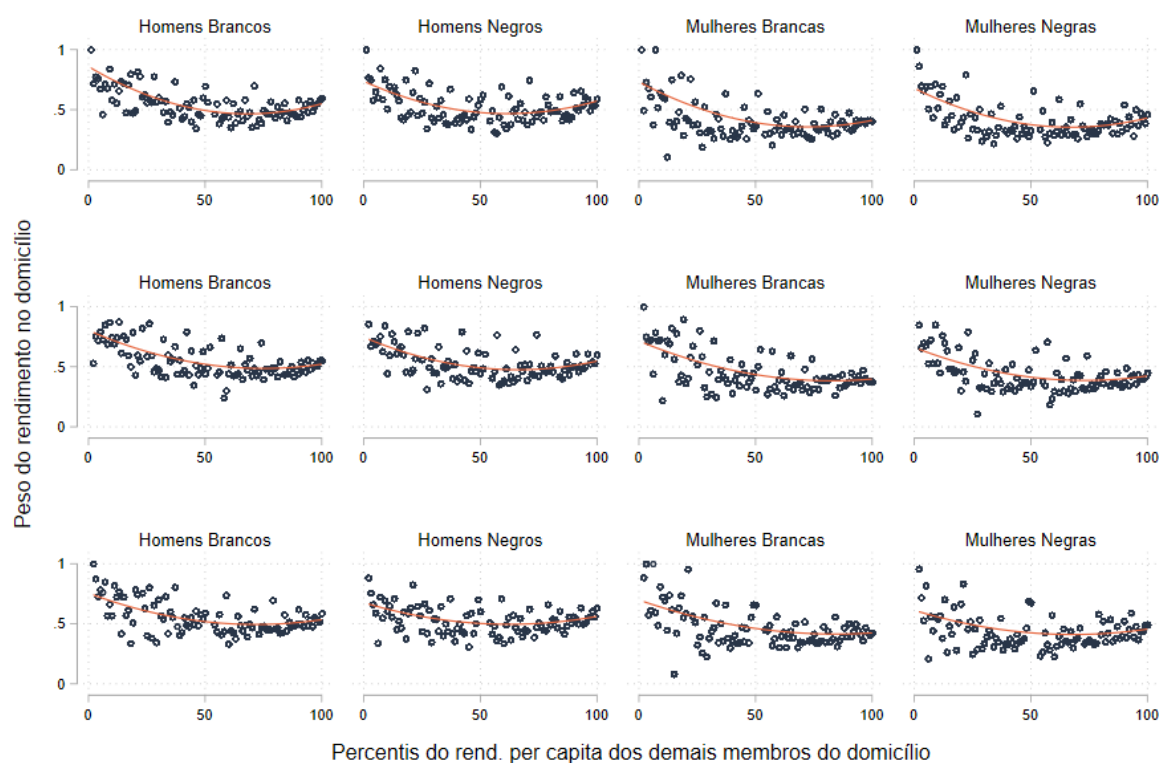


Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Outra possível explicação para a permanência das pessoas mais velhas no mercado

de trabalho consiste no peso relativo que seus rendimentos provenientes do trabalho exercem no orçamento domiciliar. Isso significa que a permanência no mercado pode ocorrer em função da necessidade econômica da participação, dada a dependência do domicílio em relação aos seus rendimentos laborais. Essa dependência, portanto, pode estar associada tanto às classes mais baixas quanto às classes mais altas, isto é, ainda que um domicílio possua outras fontes de rendimentos, ele pode possuir um alto grau de dependência do rendimento do trabalho daquele indivíduo mais velho.

Figura 3.11 – Peso do rendimento do trabalho dos indivíduos com 54 anos ou mais, segundo percentil dos rendimentos per capita dos outros membros do domicílio, por grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023



Fonte: PNADC. Elaboração própria.

A Figura 3.11 ilustra essa relação. Nela podemos observar o peso médio do rendimento do trabalho dos indivíduos mais velhos de acordo com o percentil do rendimento per capita dos outros membros do domicílio. Observa-se que, entre os percentis mais baixos, a renda do trabalho dos indivíduos mais velhos têm um peso bastante significativo. Além disso, fica graficamente evidente que, apesar de uma redução ao redor da mediana, essa participação volta a crescer de maneira sutil nos percentis mais elevados, atenuando a queda da curva. Ou seja, mesmo naqueles domicílios com fontes de renda significativas que não a do trabalho dos mais velhos, podemos observar um certo grau de dependência. Esses padrões dão outra característica para a polarização aqui abordada: tanto os mais

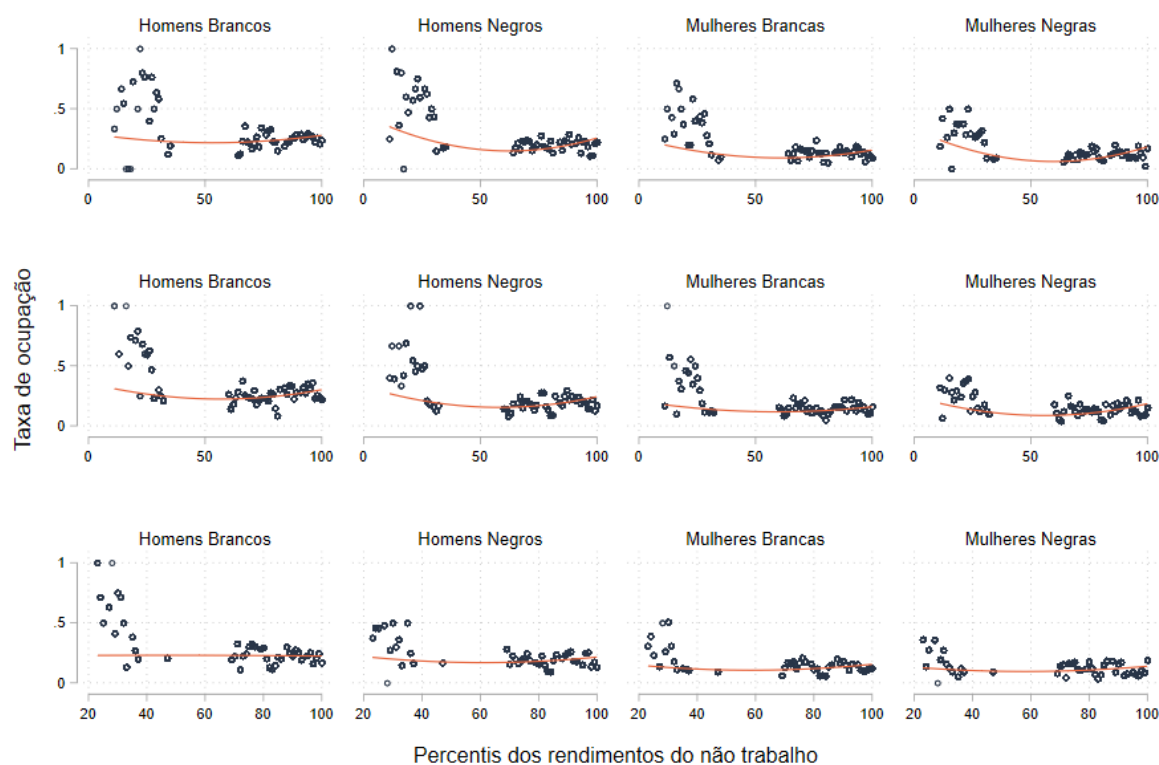
pobres quanto os mais ricos apresentam maior dependência do rendimento do trabalho dos mais velhos, o que se traduz em uma maior tendência de permanência no mercado de trabalho, mesmo quando há melhores condições econômicas.

Essa mesma característica pode ser observada quando analisamos a taxa de ocupação por percentil dos rendimentos de outras fontes que não a do trabalho. Ao observarmos a Figura 3.12, fica evidente que os indivíduos com menores rendimentos não provenientes do trabalho são também aqueles com as maiores taxas de ocupação, embora apresentem uma maior dispersão nos dados. Esse padrão sugere uma participação predominantemente motivada pela necessidade econômica: quanto menores os rendimentos alternativos, maior a pressão para permanecer ativo no mercado de trabalho. Conforme avançamos nos percentis de rendimento, alcançando indivíduos que recebem volumes maiores de recursos de outras fontes, a taxa média de ocupação tende a diminuir, além de se tornar mais homogênea. Esse comportamento sugere que, à medida que a segurança financeira se amplia, o incentivo à permanência no mercado de trabalho enfraquece, seja pela possibilidade de se aposentar com maior estabilidade, seja pela menor necessidade de complementar a renda. Neste caso, no entanto, a expressão da polarização é menos vistosa do que aquela observada na renda domiciliar líquida per capita. As taxas de ocupação entre os percentis mais elevados são apenas ligeiramente maiores do que aquelas observadas nos percentis intermediários, indicando que, embora haja certa diferenciação entre topo e meio da distribuição, ela é mais atenuada.

Os resultados apresentados ao longo desta etapa descritiva nos revelam que a polarização observada entre os indivíduos mais velhos no mercado de trabalho é uma manifestação das desigualdades de raça e gênero que atravessam a sociedade brasileira. As diferenças encontradas nas taxas de ocupação de acordo com a renda domiciliar e com os rendimentos auferidos de outras fontes evidenciam condições e motivações distintas de permanência na ocupação. Essas, por sua vez, vão refletir em diferentes padrões de participação de acordo com o grupo sociodemográfico, que apresentam diferenças importantes no que diz respeito à jornada e à qualidade ocupacional. A análise descritiva aqui realizada nos aponta para a afirmação de que, enquanto os indivíduos em situação de maior vulnerabilidade econômica permanecem pelo imperativo financeiro, os mais privilegiados acessam ocupações de maior qualidade, motivados por vínculos sociais, prestígio ou pelo alto custo de oportunidade de se aposentar. Dessa forma, a polarização não deve ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como um reflexo das condições sociais acumuladas ao longo da trajetória de vida dos indivíduos. Esses resultados reforçam a necessidade de avançar na compreensão da determinação das características ocupacionais. Para isso, torna-se essencial estimar, de forma mais rigorosa, os efeitos das variáveis sociais e econômicas sobre os padrões de participação e ocupação dos indivíduos mais velhos. Essa etapa é desenvolvida a partir da próxima subseção, que

apresenta os modelos econométricos utilizados neste trabalho, buscando aprofundar a análise e fornecer maior robustez às evidências discutidas até aqui.

Figura 3.12 – Taxa de ocupação dos indivíduos com 54 anos ou mais, segundo percentil dos rendimentos de outras fontes que não a do trabalho, por grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023



Fonte: PNADC. Elaboração própria.

3.2 MODELOS ECONOMÉTRICOS

Após a compreensão das principais características de participação dos mais velhos no mercado de trabalho, podemos passar para a construção e aplicação dos modelos econométricos. Em primeiro lugar, nosso interesse reside em encontrar os determinantes dessa participação, isto é, quais variáveis são estatisticamente significativas para a estrutura de determinação da participação. Como vimos que o desemprego perde espaço entre os mais velhos, adotamos uma variável resposta binária, trabalha ou não trabalha, e construímos os primeiros modelos *probit* com a utilização de diferentes variáveis independentes. A principal motivação para o uso do *probit*, no lugar de uma regressão linear tradicional, está no fato de que a regressão linear não garante que as probabilidades estimadas permaneçam no intervalo entre 0 e 1, além de pressupor uma relação linear

entre a variável explicativa e a resposta, o que é inadequado nesse contexto. O modelo *probit* resolve essas limitações ao assumir que existe uma variável latente subjacente que segue uma distribuição normal padrão, o que assegura estimativas coerentes com a natureza probabilística da variável dependente (Cameron e Trivedi, 2005).

A especificação do modelo parte da hipótese de existência de uma variável latente y^* , relacionada linearmente às variáveis explicativas por meio da seguinte equação:

$$y^* = X\beta + \varepsilon, \quad \varepsilon \sim N(0, 1) \quad (1)$$

O valor observado da variável dependente y é definido conforme a regra:

$$y = \begin{cases} 1, & \text{com probabilidade } p \\ 0, & \text{com probabilidade } 1 - p \end{cases} \quad (2)$$

Dessa forma, a probabilidade de $y = 1$, condicional às variáveis explicativas, é dada pela função de distribuição acumulada da normal padrão:

$$P(y = 1|X) = \Phi(X\beta) \quad (3)$$

onde $\Phi(\cdot)$ representa a função de distribuição acumulada da distribuição normal padrão (Cameron e Trivedi, 2005). Dessa maneira, o modelo busca estimar a probabilidade de ocorrência de um determinado evento a partir de um conjunto de variáveis explicativas, no nosso caso, a probabilidade de o indivíduo trabalhar, dado o conjunto de variáveis explicativas selecionadas.

No primeiro momento, buscamos observar quais variáveis, entre o nível de instrução, os rendimentos per capita dos outros membros do domicílio e a renda do não trabalho são estatisticamente significativas na participação no mercado de trabalho dos indivíduos mais velhos. Observados os resultados da primeira estimação, passamos à construção dos modelos por cada grupo de sexo e raça, para cada um dos anos analisados, buscando observar as diferenças entre os coeficientes ao longo do tempo e as desigualdades na determinação de acordo com os grupos sociodemográficos. Às variáveis explicativas, adicionamos os grupos quinquenais de idade e a região geográfica como variáveis de controle.

No exercício seguinte, avançamos na análise da participação para o quanto os mais velhos participam do mercado de trabalho. Isto é, após realizada a análise binária da participação, se participam ou não, nesta etapa estamos interessados em observar as horas de trabalho ofertadas como variável resposta. Neste caso, utilizamos o modelo *tobit*, que é apropriado para lidar com situações em que a variável dependente é censurada, ou

seja, quando há um ponto de corte que impede a observação de determinados valores, que é o nosso caso com as horas ofertadas de trabalho, que assumem valores maiores ou iguais a zero. Esse tipo de modelagem é particularmente relevante quando o fenômeno em análise envolve a ocorrência de observações nulas ou truncadas. Assim, o uso de um modelo de regressão linear tradicional levaria a estimativas viesadas e inconsistentes, dada a violação da hipótese de normalidade e homocedasticidade dos erros (Wooldridge, 2010).

No modelo *tobit*, assume-se a existência de uma variável latente, que segue uma relação linear com os regressores, mas cuja observação está sujeita a um limite inferior em zero, com erros normalmente distribuídos e homocedásticos. A variável dependente observada é, portanto, igual à variável latente quando esta excede o limite, e igual ao próprio limite nos demais casos. A estimação do modelo é realizada por máxima verossimilhança, o que permite incorporar tanto as observações censuradas quanto as não censuradas no processo de estimação (Greene, 2011). O modelo *tobit* parte de uma variável latente y_i^* , que segue uma relação linear com os regressores X_i , sujeita a um erro aleatório normalmente distribuído:

$$y_i^* = X_i\beta + \varepsilon_i, \quad \varepsilon_i \sim \mathcal{N}(0, \sigma^2) \quad (4)$$

No entanto, a variável y_i^* não é completamente observável. O que se observa é a variável censurada y_i , definida da seguinte forma:

$$y_i = \begin{cases} y_i^*, & \text{se } y_i^* > 0 \\ -, & \text{se } y_i^* \leq 0 \end{cases} \quad (5)$$

A estimação dos parâmetros do modelo é realizada por máxima verossimilhança, com a função de verossimilhança combinando a contribuição das observações censuradas e não censuradas. Assim, a densidade censurada pode ser expressa como:

$$f(y) = \left(\frac{1}{\sqrt{2\pi}\sigma^2} \exp \left\{ -\frac{1}{2\sigma^2}(y - x\beta)^2 \right\} \right)^d \cdot \left(1 - \Phi \left(\frac{x\beta}{\sigma} \right) \right)^{1-d} \quad (6)$$

onde $\Phi(\cdot)$ é a função de distribuição acumulada (CDF) da normal padrão, e a última igualdade decorre da simetria da distribuição normal padrão (Cameron e Trivedi, 2005).

Por fim, sob o objetivo de observar o fenômeno da polarização nas desigualdades de remunerações, optamos por utilizar o modelo de seleção amostral de Heckman (1979). Isso porque reconhecemos que a análise da remuneração por hora trabalhada está sujeita a um problema de seleção amostral — uma vez que esta variável só está disponível

para os indivíduos efetivamente em atividade. O modelo de Heckman corrige esse viés ao modelar simultaneamente a decisão de participar do mercado de trabalho e a determinação da remuneração por hora de trabalho, permitindo uma análise mais precisa dos determinantes salariais entre os mais velhos. O procedimento é dividido em duas etapas. Primeiro, estima-se uma equação de participação por meio de um modelo *probit*, que utilizaremos o que foi construído ao longo das primeiras estimações, em que a variável dependente indica se o indivíduo trabalha ou não trabalha. A partir dessa primeira equação, podemos calcular o coeficiente de correção da seleção, isto é, a Inversa da Razão de Mills (IRM), que vai ser incorporada na segunda etapa das estimações. Esta segunda etapa diz respeito à regressão da remuneração por hora de trabalho, que permite capturar os efeitos da seleção sobre a amostra observada (Heckman, 1979).

Esta estrutura pode ser descrita pelas seguintes equações:

$$\text{Seleção: } y_1^* = Z\gamma + u, \quad y_1 = \begin{cases} 1, & \text{se } y_1^* > 0 \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases} \quad (7)$$

$$\text{Resultado: } \log(w_i) = X\beta + \varepsilon_i, \quad \text{observado apenas se } y_1 = 1 \quad (8)$$

Heckman (1979), então, demonstra que o viés pode ser tratado como um erro de especificação — similar a uma omissão de variável —, e propõe a inclusão da IRM como variável explicativa adicional na equação salarial. Assim, o viés de seleção é corrigido pela introdução do termo $\lambda_i = \frac{\phi(Z_i\hat{\gamma})}{\Phi(Z_i\hat{\gamma})}$, onde $\phi(\cdot)$ e $\Phi(\cdot)$ são, respectivamente, a função densidade e a função de distribuição acumulada da normal padrão. A equação corrigida assume, então, a seguinte forma:

$$\log(w_i) = X_i\beta + \rho\sigma\lambda_i + \nu_i \quad (9)$$

A partir do conjunto de estimações desenvolvido, torna-se possível aprofundar a compreensão sobre como diferentes variáveis explicativas, especialmente o nível de instrução, os rendimentos per capita dos demais membros do domicílio e a renda não proveniente do trabalho, influenciam os padrões de participação dos indivíduos mais velhos no mercado de trabalho brasileiro. Além de permitirem a identificação dos determinantes estatisticamente significativos da participação e da ocupação, os modelos empregados também revelam como esses efeitos se manifestam de forma diferenciada entre homens e mulheres e entre os distintos grupos raciais, ao longo dos anos analisados. Com isso, é possível observar de maneira mais clara as alterações ao longo do tempo das

associações entre as condições sociais e econômicas da população urbana mais velha e seus padrões de participação no mercado de trabalho. Na próxima seção, apresentamos os resultados obtidos com a aplicação dos modelos discutidos.

4 RESULTADOS

Esta seção tem como objetivo apresentar e discutir os principais resultados dos modelos aplicados e apresentados na estratégia empírica. Esses modelos buscam, sobretudo, complementar a análise descritiva realizada anteriormente, apresentando, em conjunto, os resultados observado para as variáveis utilizadas - que possuem os valores médios apresentados pela Tabela 4.1 - na estrutura de determinação da participação dos indivíduos mais velhos no mercado de trabalho. A estrutura de participação é analisada em dois momentos. No primeiro, são apresentados os resultados dos modelos *probit*, onde analisamos a probabilidade dos indivíduos estarem ocupados naquele ano, ou seja, a margem extensiva do trabalho. No segundo momento, estamos interessados em analisar a margem intensiva, verificada através da variável resposta da oferta de horas de trabalho a partir dos modelos *tobit*. Além disso, o interesse reside também em observar as possíveis manifestações da polarização ao longo dos anos através das remunerações daqueles que trabalham. Para isso, estimam-se os modelos de seleção de Heckman, onde, no primeiro estágio, se utiliza os resultados dos modelos *probit* aplicados no primeiro instante e, no segundo estágio, utiliza-se a remuneração da ocupação principal por hora de trabalho como variável resposta. O foco, particularmente, reside em observar a mudança ao longo do tempo das diferenças entre os coeficiente observados entre os distintos grupos de sexo e raça.

Os primeiros modelos *probit* estimados têm como objetivo analisar como o nível de instrução, o rendimento domiciliar per capita e a renda do não trabalho, isoladamente e em conjunto, condicionam a probabilidade dos indivíduos estarem ocupados. Nesta primeira estimação, a ideia é entender quais variáveis são relevantes para as próximas estimações, quando, então, serão estimados modelos para cada ano e grupo de sexo e raça. A Tabela 4.2 apresenta esses resultados iniciais para o ano de 2023, tendo como variável dependente a condição binária de estar ou não ocupado. Além das variáveis principais a serem analisadas, incluímos grupos de idade e região geográfica como variáveis de controle. Conforme esperado, a probabilidade de permanecer ocupado no mercado de trabalho diminui com o avanço da idade, padrão consistente em todas as regressões. Já os coeficientes regionais são heterogêneos, com variações na direção e significância estatística. Neste primeiro exercício, o nível de instrução apresenta efeitos positivos sobre a probabilidade dos indivíduos mais velhos estarem trabalhando. Mesmo quando controlado pelas demais variáveis, o coeficiente da escolaridade se mantém crescente, isto é, quanto maior o nível de instrução, maiores as chances de ocupação após os 54 anos. O destaque, como esperado, consiste no resultado encontrado para o retorno do ensino superior completo, que se mantém significativamente acima do resultado encontrado para aqueles com até o ensino médio completo.

Tabela 4.1 – Valores médios das principais variáveis utilizadas na abordagem empírica, por grupos de sexo e raça — Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023

	2013				2018				2023			
	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN
Idade (anos)	66.04	65.44	66.91	65.79	66.19	65.50	67.00	65.89	66.68	65.50	67.48	66.09
Ocupados (%)	0.43	0.43	0.20	0.20	0.43	0.41	0.22	0.22	0.42	0.43	0.23	0.23
Jornada semanal (horas)	39.26	39.20	33.11	32.12	39.28	38.39	33.61	32.78	39.19	38.40	34.02	33.10
Superior completo (%)	0.15	0.05	0.13	0.05	0.19	0.07	0.18	0.08	0.21	0.08	0.21	0.10
Empregado formal (%)	0.38	0.38	0.43	0.39	0.35	0.37	0.41	0.40	0.36	0.39	0.45	0.43
Empregado informal (%)	0.09	0.11	0.16	0.21	0.09	0.12	0.17	0.22	0.10	0.13	0.16	0.24
Conta-própria (%)	0.40	0.45	0.31	0.34	0.41	0.44	0.30	0.34	0.41	0.42	0.30	0.29
Empregador (%)	0.12	0.05	0.07	0.03	0.14	0.06	0.08	0.03	0.12	0.05	0.07	0.02
Ocup. de categ. alta (%)	0.24	0.10	0.25	0.12	0.23	0.09	0.25	0.12	0.21	0.09	0.26	0.13
Ocup. de categ. média (%)	0.13	0.10	0.14	0.10	0.13	0.11	0.16	0.12	0.14	0.10	0.16	0.14
Ocup. de categ. baixa (%)	0.63	0.79	0.50	0.59	0.63	0.79	0.48	0.58	0.65	0.80	0.48	0.54
Rendimento-hora* (R\$)	25.96	15.78	20.60	13.5	26.02	15.97	21.78	14.31	26.23	16.12	22.19	14.32
Rend. per cap. dos outros membros* (R\$)	1091.79	658.26	1433.25	785.942	1139.65	679.68	1452.76	792.07	1202.48	727.05	1421.93	786.10
Renda do não trabalho* (R\$)	3077.88	1908.54	2149.59	1156.63	3312.92	2123.14	2383.58	1285.30	3012.98	2001.08	2235.05	1306.72

* Valores deflacionados para 2023.

Fonte: PNADC, IBGE.
Elaboração própria.

Outra variável que se comporta de forma alinhada às expectativas é a renda proveniente de fontes que não a do trabalho. Observa-se que indivíduos pertencentes ao quintil superior dessa variável apresentam menor probabilidade de permanecerem ocupados em idades mais avançadas, em comparação àqueles pertencentes aos quintis intermediários e até mesmo ao primeiro quintil. Esse resultado reforça a hipótese de que, na ausência de segurança financeira, a permanência no mercado de trabalho tende a se tornar menos opcional durante o envelhecimento. Essa percepção é reforçada pelos resultados encontrados para o grupo do primeiro quintil, que apresenta coeficientes positivos e estatisticamente significativos, indicando uma maior probabilidade de estarem ocupado com relação ao grupo do meio da distribuição, ou seja, aquele que não está nem no primeiro e nem no quinto quintil. Em contraste, os resultados referentes ao rendimento per capita dos demais membros do domicílio apresentam uma dinâmica menos uniforme. De modo geral, espera-se que uma maior renda domiciliar reduza a necessidade de trabalho dos indivíduos mais velhos do domicílio, diminuindo sua taxa de ocupação. Entretanto, os dados mostram que indivíduos nos quintis superiores dessa variável apresentam, em muitos casos, maiores probabilidades de estarem ocupados em relação àqueles na base e no meio da distribuição. O destaque, nesse contexto, pode ser observado no modelo "E", onde tanto o primeiro quanto o quinto quintil apresentam coeficientes positivos e significativos com relação ao meio da distribuição. Combinados, esses coeficientes apontam para a ocorrência da polarização na participação dos mais velhos, ao menos no que diz respeito aos efeitos do rendimento domiciliar. A coexistência dessas duas lógicas, onde os mais pobres participam por necessidade e os mais ricos participam por oportunidade, evidencia a complexidade do fenômeno e reforça a importância de considerar os condicionantes socioeconômicos mais amplos em questão.

Tabela 4.2 – Resultados dos modelos *probit* para a probabilidade de ocupação no mercado de trabalho entre indivíduos com 54 anos ou mais — Brasil urbano, 2023

	A	B	C	D	E
<i>Grupos de idade</i>					
60-64	-0.438*** (0.0192)	-0.209*** (0.0308)	-0.590*** (0.0215)	-0.583*** (0.0216)	-0.193*** (0.0310)
65-69	-0.977*** (0.0217)	-0.430*** (0.0316)	-1.267*** (0.0233)	-1.249*** (0.0235)	-0.386*** (0.0320)
70-74	-1.332*** (0.0260)	-0.708*** (0.0346)	-1.648*** (0.0276)	-1.624*** (0.0276)	-0.649*** (0.0351)

Continua na próxima página

Tabela 4.2 – Modelos *probit* para a probabilidade de ocupação no mercado de trabalho entre indivíduos com 54 anos ou mais — Brasil urbano, 2023 (continuação)

	A	B	C	D	E
75-79	-1.618*** (0.0352)	-0.966*** (0.0419)	-1.973*** (0.0358)	-1.931*** (0.0363)	-0.892*** (0.0427)
80+	-2.153*** (0.0432)	-1.521*** (0.0508)	-2.533*** (0.0440)	-2.479*** (0.0442)	-1.436*** (0.0515)
<i>Região</i>					
Nordeste	-0.145*** (0.0258)	-0.00432 (0.0383)	-0.175*** (0.0281)	-0.172*** (0.0281)	-0.0133 (0.0384)
Sudeste	0.00707 (0.0248)	0.213*** (0.0369)	0.00952 (0.0269)	-0.00473 (0.0269)	0.168*** (0.0372)
Sul	-0.0211 (0.0262)	0.214*** (0.0379)	-0.0778** (0.0284)	-0.0702* (0.0284)	0.201*** (0.0383)
Centro-Oeste	0.0852** (0.0295)	0.171*** (0.0432)	0.0796* (0.0320)	0.0805* (0.0321)	0.146*** (0.0437)
<i>Nível de instrução</i>					
Médio Completo	0.227*** (0.0178)			0.204*** (0.0197)	0.220*** (0.0265)
Superior completo	0.487*** (0.0215)			0.363*** (0.0241)	0.561*** (0.0328)
<i>Renda do não trabalho</i>					
Primeiro quintil		0.348*** (0.0383)			0.390*** (0.0388)
Quinto quintil		0.0313 (0.0236)			-0.235*** (0.0273)
<i>Rend. dos outros membros do dom.</i>					
Primeiro quintil			-0.0258 (0.0191)	-0.0465* (0.0191)	0.105*** (0.0236)
Quinto quintil			0.180*** (0.0216)	0.0623** (0.0226)	0.162*** (0.0287)
Constante	0.132*** (0.0248)	-0.625*** (0.0402)	0.619*** (0.0273)	0.527*** (0.0281)	-0.778*** (0.0421)
Observações	64761	43464	56583	56583	43460

Erros-padrão entre parênteses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

A Tabela 4.3 aprofunda a análise anterior ao apresentar os resultados dos modelos *probit* estimados para os diferentes anos analisados, com recortes de sexo e raça, no intuito de observar as diferenças entre os grupos e os anos e as mudanças ao longo do tempo. Neste caso, a variável dependente permanece indicando a probabilidade de o indivíduo estar trabalhando ou não. Assim, podemos observar principalmente que a escolaridade continua a exercer impacto positivo e estatisticamente significativo sobre a probabilidade de estar trabalhando em todos os grupos analisados. Em 2013, indivíduos com ensino superior completo apresentavam os maiores coeficientes em todos os recortes, especialmente entre as mulheres, sugerindo que a educação superior é um fator decisivo para a permanência no mercado de trabalho, em linha com o apresentado por Wajnman, Hermeto e Oliveira (2006). Em 2023, esses efeitos se mantiveram relevantes, com coeficientes elevados principalmente entre os homens e mulheres negras, enquanto observamos uma redução do coeficiente entre mulheres brancas.

Já no que diz respeito à renda do não trabalho, encontramos resultados diferentes para os coeficientes do primeiro e do quinto quintil, embora apontem para a mesma conclusão. Para o primeiro grupo, os coeficientes associados à renda do não trabalho são positivos, indicando que o desincentivo ao trabalho como resultado do acesso a outros rendimentos é mais forte entre o meio da distribuição desses rendimentos. Ou seja, exatamente por possuírem menor acesso a esse tipo de rendimento, o imperativo de se manter ocupado é maior entre a base da distribuição. Ao longo do tempo, no entanto, esse efeito diminui expressivamente entre os homens brancos, como pode ser observado na Figura 4.1. Esse resultado corrobora com o encontrado entre o quinto quintil. Neste caso, os coeficientes negativos indicam uma menor propensão a trabalhar em razão dos rendimentos de outras fontes, quando comparados ao meio da distribuição. No conjunto, vemos que há uma relação negativa praticamente linear, indicando que, no geral, quanto maior for o acesso a outros recursos financeiros, maior será também o desincentivo à permanência no mercado de trabalho entre os mais velhos.

Por outro lado, os resultados encontrados para o rendimento per capita dos demais membros do domicílio são menos intuitivos. Em 2013, só encontramos significância estatística para o quintil superior de renda, com coeficientes positivos para todos os grupos sociodemográficos. Isso nos indica que pertencer a um domicílio que está entre aqueles com rendas mais elevadas, desconsiderando a sua própria renda, dá aos indivíduos mais velhos maiores chances de permanecerem ocupados. Nos demais anos a significância estatística vai se tornando mais evidente também no primeiro quintil, que passa a apresentar coeficientes positivos. Ou seja, possuem maior probabilidade de estarem ocupados do que os quintis intermediários da distribuição. Em 2023 esses coeficientes tornam-se bastante semelhantes entre os grupos sociodemográficos, após um destoamento do coeficiente das mulheres negras em 2018. Em síntese, pertencer à

"classe média", isto é, aos domicílios do meio da distribuição de renda, confere aos mais velhos menores probabilidades de ocupação.

Esses resultados são essenciais para compreender as motivações e os fatores determinantes da permanência dos mais velhos no mercado de trabalho. Se, por um lado, o acesso a outras espécies de rendimentos que não sejam provenientes do trabalho atenua as chances de participação, por outro, a renda domiciliar líquida, isto é, a renda do domicílio que independe do trabalho do próprio indivíduo, indica direções opostas. Quando essa renda domiciliar líquida é baixa, na base da distribuição, o imperativo de participação parece muito claro: a necessidade econômica-financeira para a manutenção do próprio domicílio. No entanto, quando nos movemos para o topo da distribuição, a conclusão se torna um pouco mais complexa. Se maiores rendas do não trabalho implicam em menor participação, a explicação para maiores rendimentos domiciliares implicarem em maior participação deve fugir da explicação financeira. Ou seja, aquelas pessoas residentes nos domicílios mais privilegiados têm outras motivações, mas, sobretudo, outras condições de ocupação. Essa análise das condicionalidades é reforçada pelos resultados apresentados pelo nível de instrução, onde os mais escolarizados possuem também as maiores chances de estarem trabalhando na velhice.

Os resultados dos modelos *tobit*, por sua vez, reforçam as conclusões obtidas anteriormente. Nestes modelos, observam-se os efeitos das variáveis independentes sobre a variável latente associada à quantidade de horas ofertadas de trabalho pelos indivíduos mais velhos. Portanto, os coeficientes estimados refletem os impactos sobre a jornada de trabalho, e não diretamente sobre a probabilidade de ocupação. Desta vez, mantêm-se resultados semelhantes em relação à escolaridade, indicando que níveis mais elevados de instrução estão associados a uma maior quantidade de horas ofertadas de trabalho. Esse efeito é especialmente evidente, em 2013, entre aqueles com ensino superior completo, com resultados muito próximos entre os diferentes grupos de sexo e raça, como fica demonstrado pela Figura 4.1. Já a partir de 2018, os coeficientes apresentam uma expressiva redução, apesar de permanecerem positivos e estatisticamente significativos para todos os casos, prevalecendo, em 2023, o retorno obtido pelas mulheres brancas. Assim, os retornos da educação sobre a jornada de trabalho permanecem relevantes, à semelhança do observado sobre as chances de ocupação dos indivíduos mais velhos.

Tabela 4.3 – Resultados dos modelos *probit* para a probabilidade de ocupação no mercado de trabalho entre indivíduos com 54 anos ou mais, por grupos de sexo e raça — Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023

	2013				2018				2023			
	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN
<i>Grupos de Idade</i>												
60-64	-0.309*** (0.0655)	-0.238*** (0.0623)	-0.168* (0.0702)	-0.253*** (0.0675)	0.0197 (0.0657)	-0.126 (0.0700)	-0.262*** (0.0584)	-0.307*** (0.0544)	-0.304*** (0.0597)	-0.114* (0.0559)	-0.249*** (0.0542)	-0.197*** (0.0544)
65-69	-0.532*** (0.0647)	-0.332*** (0.0600)	-0.459*** (0.0699)	-0.372*** (0.0671)	-0.185** (0.0656)	-0.271*** (0.0690)	-0.560*** (0.0635)	-0.573*** (0.0583)	-0.582*** (0.0610)	-0.362*** (0.0615)	-0.411*** (0.0589)	-0.342*** (0.0626)
70-74	-0.667*** (0.0693)	-0.539*** (0.0646)	-0.605*** (0.0717)	-0.768*** (0.0731)	-0.482*** (0.0697)	-0.545*** (0.0768)	-0.841*** (0.0756)	-0.927*** (0.0701)	-0.948*** (0.0710)	-0.744*** (0.0746)	-0.743*** (0.0709)	-0.690*** (0.0662)
75-79	-0.813*** (0.0863)	-0.904*** (0.0762)	-0.958*** (0.0828)	-1.099*** (0.0857)	-0.777*** (0.0824)	-0.893*** (0.0902)	-1.244*** (0.0923)	-1.123*** (0.0874)	-1.099*** (0.0887)	-1.102*** (0.0966)	-1.036*** (0.0905)	-0.729*** (0.0911)
80+	-1.343*** (0.0912)	-1.268*** (0.0868)	-1.400*** (0.0953)	-1.271*** (0.103)	-1.206*** (0.104)	-1.483*** (0.110)	-1.574*** (0.125)	-1.489*** (0.0985)	-1.677*** (0.108)	-1.415*** (0.134)	-1.286*** (0.101)	-1.410*** (0.110)
<i>Região</i>												
Nordeste	0.0284 (0.112)	-0.154 (0.103)	0.124 (0.116)	0.0355 (0.0654)	-0.00725 (0.0612)	-0.0405 (0.0660)	0.0128 (0.111)	0.0510 (0.0991)	0.0517 (0.109)	-0.0746 (0.0629)	0.00523 (0.0622)	-0.0383 (0.0606)
Sudeste	0.0563 (0.105)	-0.0370 (0.0965)	0.233* (0.109)	-0.0770 (0.0693)	0.0263 (0.0632)	0.0743 (0.0659)	0.0313 (0.107)	0.301** (0.0939)	0.253* (0.103)	0.0469 (0.0671)	0.138* (0.0648)	0.146* (0.0633)
Sul	0.107 (0.104)	-0.0459 (0.0963)	0.246* (0.108)	-0.00467 (0.0877)	0.000947 (0.0790)	0.104 (0.0802)	0.115 (0.106)	0.209* (0.0941)	0.269** (0.102)	0.0797 (0.0894)	0.00718 (0.0810)	0.157 (0.0801)
Centro-Oeste	0.0732 (0.117)	-0.0818 (0.109)	0.156 (0.121)	-0.0273 (0.0813)	-0.0407 (0.0749)	0.152 (0.0810)	0.0909 (0.120)	0.203 (0.105)	0.161 (0.113)	-0.144 (0.0816)	0.00719 (0.0752)	0.140* (0.0714)
<i>Nível de instrução</i>												
Médio Completo	0.219*** (0.0591)	0.267*** (0.0526)	0.246*** (0.0539)	0.117 (0.0692)	0.130* (0.0625)	0.140* (0.0568)	0.296*** (0.0628)	0.266*** (0.0521)	0.286*** (0.0522)	0.343*** (0.0627)	0.390*** (0.0575)	0.189*** (0.0540)

Continua na próxima página

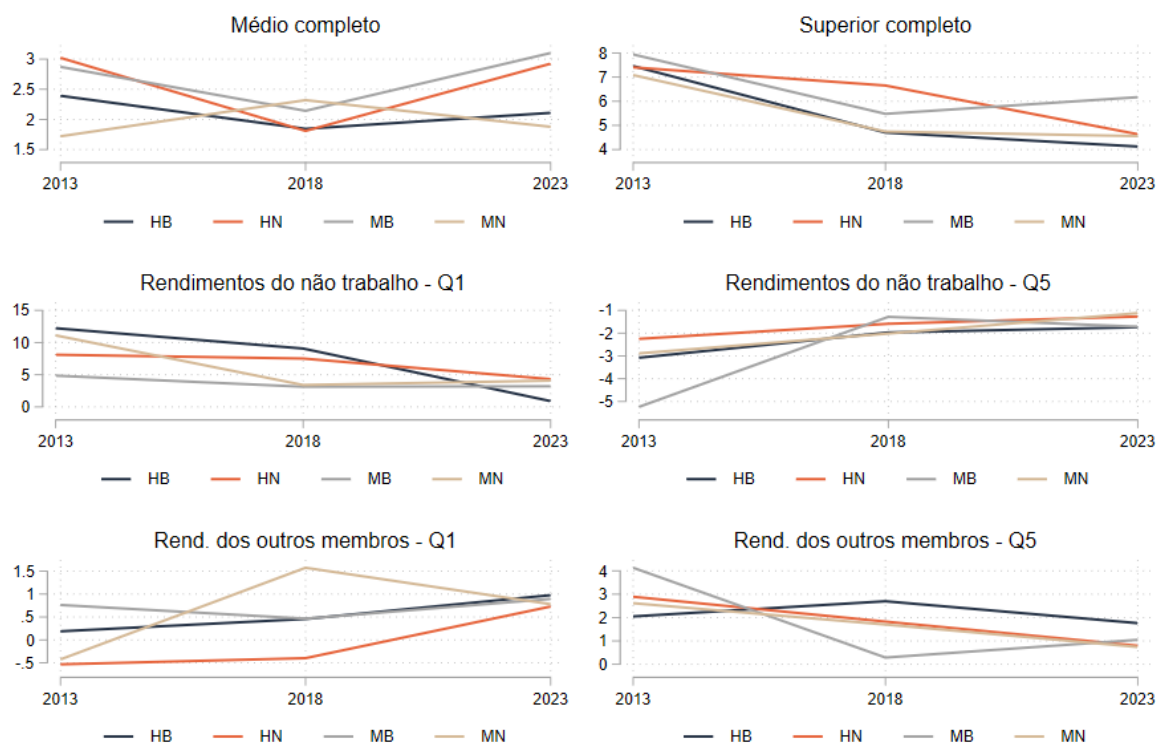
Tabela 4.3 – Modelos *probit* para a probabilidade de ocupação no mercado de trabalho entre indivíduos com 54 anos ou mais, por grupos de sexo e raça — Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023 (continuação)

	2013				2018				2023			
	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN
Superior completo	0.598*** (0.0690)	0.619*** (0.0590)	0.683*** (0.0615)	0.644*** (0.112)	0.397*** (0.0845)	0.584*** (0.0880)	0.668*** (0.0689)	0.548*** (0.0603)	0.588*** (0.0585)	0.696*** (0.0948)	0.626*** (0.0759)	0.533*** (0.0711)
<i>Rend. de outros membros do domicílio</i>												
Primeiro quintil	0.0304 (0.0518)	-0.0333 (0.0477)	0.0641 (0.0511)	-0.0479 (0.0493)	0.0536 (0.0468)	0.0338 (0.0464)	0.124* (0.0527)	0.278*** (0.0482)	0.192*** (0.0510)	0.133** (0.0495)	0.142*** (0.0431)	0.190*** (0.0441)
Quinto quintil	0.172** (0.0568)	0.202*** (0.0500)	0.281*** (0.0546)	0.174* (0.0746)	0.224*** (0.0680)	0.210** (0.0714)	0.0641 (0.0549)	0.200*** (0.0502)	0.214*** (0.0535)	0.122 (0.0666)	0.124 (0.0657)	0.137* (0.0669)
<i>Renda do não trabalho</i>												
Primeiro quintil	0.642*** (0.178)	0.681*** (0.154)	0.382*** (0.115)	0.849*** (0.129)	0.694*** (0.116)	0.577*** (0.0827)	0.453*** (0.109)	0.420*** (0.107)	0.170* (0.0858)	0.542*** (0.0779)	0.453*** (0.0718)	0.537*** (0.0602)
Quinto quintil	-0.259*** (0.0493)	-0.199*** (0.0480)	-0.457*** (0.0499)	-0.299*** (0.0602)	-0.155** (0.0568)	-0.180** (0.0587)	-0.202*** (0.0569)	-0.246*** (0.0522)	-0.314*** (0.0524)	-0.269*** (0.0627)	-0.198** (0.0690)	-0.193** (0.0651)
Constante	-0.319** (0.112)	-0.274** (0.106)	-0.507*** (0.120)	-0.324*** (0.0767)	-0.596*** (0.0758)	-0.561*** (0.0825)	-0.832*** (0.113)	-0.966*** (0.101)	-0.970*** (0.110)	-0.907*** (0.0683)	-0.906*** (0.0703)	-1.016*** (0.0698)
Observações	8039	9543	8917	7483	9329	8776	11142	13312	12895	10684	13323	12856

Erros-padrão entre parênteses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Figura 4.1 – Evolução dos coeficientes das variáveis principais dos modelos *tobit*, por grupos de sexo e raça - Brasil urbano - 2013, 2018 e 2023



Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Resultados semelhantes também são encontrados para os efeitos dos diferentes rendimentos sobre a quantidade de horas ofertadas no mercado de trabalho pelos indivíduos mais velhos. A renda do não trabalho mantém coeficientes semelhantes aos encontrados nos modelos *probit*, ao menos no que diz respeito à direção: enquanto o quinto quintil apresenta coeficientes negativos, o primeiro quintil apresenta coeficientes positivos quando comparados, ambos, com os quintis intermediários. Isso indica que aqueles com maiores rendas não provenientes do trabalho tendem a ofertar menos horas de trabalho do que seus pares com menores rendimentos dessas fontes, reproduzindo os resultados encontrados antes. Ao longo do tempo, no geral, podemos observar uma atenuação das desigualdades com a aproximação dos coeficientes dos diferentes grupos. No caso dos rendimentos per capita dos outros membros do domicílio, os efeitos também se mantêm relativamente estáveis com os resultados das chances de ocupação. Em 2013, o quinto quintil possuía maiores coeficientes para todos os grupos analisados, o que indicava probabilidade de maior jornada comparada aos grupos intermediários. Enquanto isso, o primeiro quintil se mantém estatisticamente indiferenciável do grupo intermediário até, praticamente, 2023, quando passa a apresentar coeficientes positivos para todos os grupos de sexo e raça. Em ambos os casos, para o primeiro e para o quinto quintil, observamos uma atenuação das desigualdades dos coeficientes ao longo

do tempo, apesar do expressivo aumento que pode ser visto no ano de 2018.

A semelhança dos coeficientes dos modelos *tobit* e *probit*, somada aos padrões identificados na análise descritiva, indica que a jornada de trabalho exerce um papel secundário na caracterização da ocupação dos indivíduos mais velhos. A diferença na jornada entre mais velhos e mais jovens mostrou-se apenas marginal na análise descritiva, e o comportamento da jornada, nos modelos aplicados reproduziu o padrão observado na decisão de participação. Esses resultados sugerem que, no Brasil, a escolha pela jornada de trabalho não se configura de forma autônoma, o que diverge do apresentado por Scott (2023) e por Elsayed et al. (2018). Ao contrário, o mercado de trabalho entre os mais velhos apresenta uma espécie de rigidez quanto à jornada de trabalho dos mais velhos, que contradiz o observado na posição na ocupação, onde vemos que ocupações por conta própria tendem a prevalecer durante o envelhecimento. Essa aparente contradição pode ser resultado da própria estrutura desigual do mercado de trabalho brasileiro, assim como do acúmulo de desvantagens ao longo da vida, como pontuado por Oris, Baeriswyl e Ihle (2021). Isto é, mesmo as ocupações por conta própria podem ser dotadas de uma precariedade tal que não permita a realização de jornadas reduzidas de trabalho, prevalecendo o imperativo da necessidade neste caso. A jornada, nesse contexto, nada mais será do que o reflexo da própria decisão de permanecer ou não no mercado de trabalho. Considerando as especificidades brasileiras, torna-se fundamental discutir posteriormente o grau de autonomia dos mais velhos para permanecerem ativos, ao menos no que diz respeito à determinação do quanto e como trabalhar, e, assim, investigar não apenas a permanência, mas também as condições em que essa ocupação se dá.

Por fim, os resultados dos últimos modelos estimados neste trabalho tratam dos efeitos das variáveis explicativas escolhidas sobre a remuneração por hora de trabalho dos indivíduos mais velhos, considerando a correção do viés de seleção amostral discutida na seção anterior. Aqui compreendemos que a remuneração exerce um papel de canalizar as desigualdades observadas no mercado de trabalho, podendo nos indicar de maneira mais direta a ocorrência da polarização entre os mais velhos. Para tal, além de utilizarmos a variável indicativa da posição dos trabalhadores na ocupação, foram incluídas variáveis relacionadas à jornada de trabalho e à categoria socio-ocupacional deles, que foram apresentadas na seção descritiva. Os resultados, estimados por grupos de sexo e raça e por ano, podem ser encontrados na Tabela 4.5.

Tabela 4.4 – Resultados dos modelos *tobit* para a oferta de horas de trabalho entre os indivíduos acima de 54 anos, por grupos de sexo e raça — Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023

	2013				2018				2023			
	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN
<i>Grupos de idade</i>												
60-64	-5.197*** (1.053)	-4.289*** (0.991)	-3.157** (1.150)	-3.946*** (0.988)	-0.132 (0.938)	-2.411* (1.050)	-3.512*** (0.683)	-4.106*** (0.685)	-3.627*** (0.747)	-1.241* (0.583)	-2.824*** (0.588)	-2.373*** (0.558)
65-69	-8.242*** (1.000)	-5.867*** (0.936)	-7.260*** (1.097)	-5.567*** (0.937)	-2.945*** (0.886)	-4.537*** (1.021)	-5.672*** (0.645)	-6.295*** (0.666)	-6.534*** (0.672)	-3.273*** (0.527)	-4.179*** (0.582)	-3.195*** (0.587)
70-74	-10.02*** (1.032)	-8.961*** (0.936)	-9.747*** (1.042)	-9.499*** (0.899)	-6.104*** (0.863)	-7.559*** (1.001)	-7.228*** (0.631)	-8.345*** (0.656)	-8.404*** (0.645)	-5.028*** (0.479)	-6.103*** (0.550)	-5.067*** (0.525)
75-79	-11.72*** (1.021)	-12.34*** (0.915)	-12.67*** (1.047)	-11.59*** (0.864)	-8.274*** (0.842)	-9.446*** (1.016)	-8.313*** (0.579)	-8.981*** (0.659)	-8.973*** (0.640)	-5.568*** (0.474)	-6.839*** (0.536)	-5.482*** (0.537)
80+	-14.87*** (0.905)	-14.59*** (0.861)	-14.93*** (1.008)	-12.58*** (0.849)	-9.699*** (0.834)	-11.73*** (0.932)	-8.495*** (0.569)	-9.584*** (0.637)	-9.533*** (0.618)	-6.047*** (0.452)	-7.103*** (0.533)	-6.240*** (0.500)
<i>Região</i>												
Nordeste	-0.770 (1.197)	-1.209 (1.162)	-0.0316 (1.255)	0.0333 (0.683)	0.0327 (0.574)	-0.789 (0.622)	-0.0809 (0.629)	-0.0795 (0.573)	0.410 (0.510)	-0.246 (0.400)	-0.111 (0.418)	-0.117 (0.364)
Sudeste	0.461 (1.156)	0.311 (1.091)	1.964 (1.213)	-0.660 (0.720)	0.771 (0.616)	1.076 (0.662)	0.421 (0.610)	1.669** (0.563)	1.738*** (0.495)	0.580 (0.439)	0.499 (0.440)	0.985* (0.409)
Sul	0.745 (1.146)	-0.135 (1.091)	1.808 (1.203)	0.199 (0.946)	0.217 (0.799)	0.480 (0.786)	0.628 (0.608)	1.193* (0.559)	1.621*** (0.489)	0.335 (0.564)	-0.222 (0.517)	0.985 (0.515)
Centro-Oeste	0.443 (1.308)	-0.563 (1.246)	0.662 (1.317)	0.153 (0.879)	0.0989 (0.734)	1.823* (0.841)	0.565 (0.710)	1.127 (0.658)	0.996 (0.563)	-0.784 (0.473)	-0.399 (0.489)	1.032* (0.473)
<i>Nível de instrução</i>												
Médio Completo	2.392** (0.745)	3.022*** (0.688)	2.872*** (0.670)	1.720* (0.835)	1.844* (0.778)	1.809** (0.673)	2.143*** (0.484)	2.320*** (0.438)	2.109*** (0.367)	2.925*** (0.590)	3.102*** (0.523)	1.878*** (0.462)

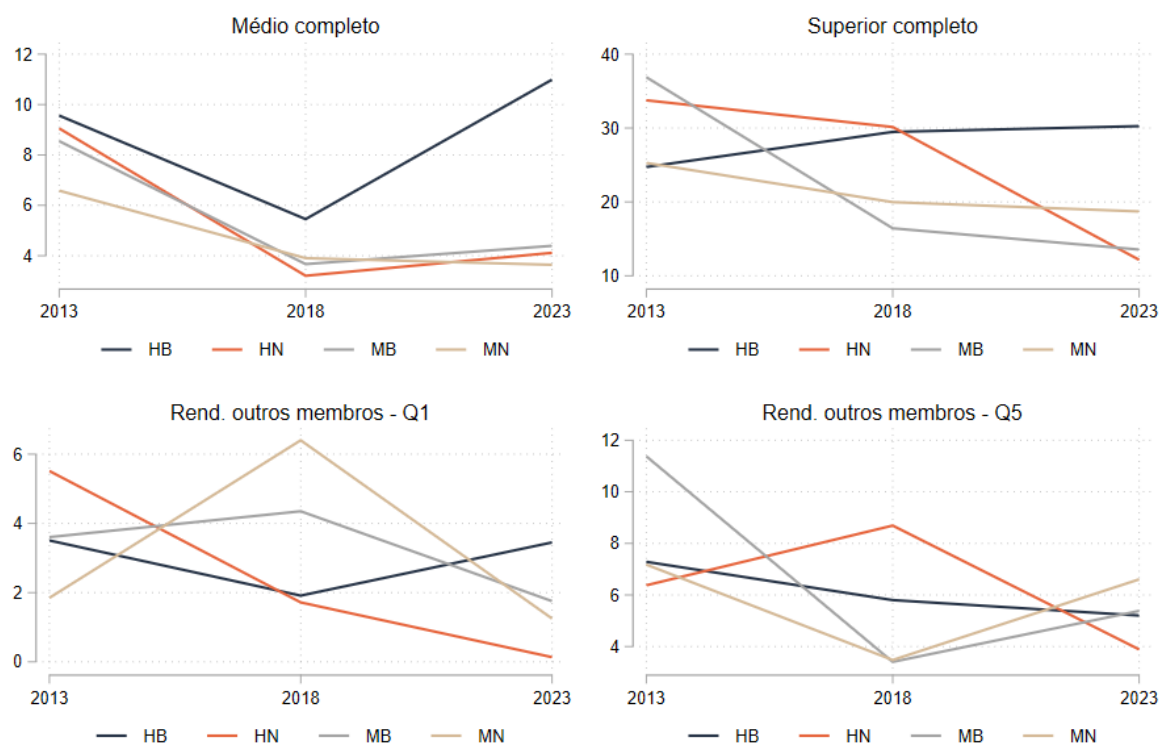
Continua na próxima página

**Tabela 4.4 – Modelos *tobit* para a oferta de horas de trabalho entre os indivíduos acima de 54 anos,
por grupos de sexo e raça — Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023 (continuação)**

	2013				2018				2023			
	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN
Superior completo	7.459*** (0.968)	7.406*** (0.796)	7.940*** (0.778)	7.086*** (1.580)	4.704*** (1.154)	6.653*** (1.161)	5.480*** (0.627)	4.746*** (0.530)	4.126*** (0.463)	4.636*** (0.933)	6.170*** (0.765)	4.557*** (0.652)
<i>Rend. dos outros membros do domicílio</i>												
Primeiro quintil	0.188 (0.594)	-0.532 (0.549)	0.764 (0.565)	-0.425 (0.506)	0.458 (0.490)	-0.398 (0.477)	0.465 (0.322)	1.576*** (0.334)	0.978** (0.301)	0.730* (0.330)	0.896** (0.287)	0.781* (0.304)
Quinto quintil	2.049** (0.734)	2.892*** (0.668)	4.133*** (0.706)	2.616** (0.907)	2.699** (0.849)	1.827* (0.833)	0.290 (0.364)	1.703*** (0.382)	1.762*** (0.375)	0.796 (0.459)	1.048* (0.488)	0.741 (0.456)
<i>Renda do não trabalho</i>												
Primeiro quintil	12.23** (4.162)	8.108*** (2.217)	4.861** (1.839)	11.12*** (1.979)	9.069*** (1.904)	7.519*** (1.272)	3.140* (1.265)	3.408** (1.317)	0.901 (0.977)	4.319*** (0.900)	3.206*** (0.797)	4.086*** (0.668)
Quinto quintil	-3.079*** (0.567)	-2.250*** (0.579)	-5.237*** (0.554)	-2.888*** (0.607)	-1.970** (0.611)	-1.588** (0.612)	-1.285*** (0.344)	-2.016*** (0.385)	-1.739*** (0.346)	-1.271*** (0.331)	-1.716*** (0.478)	-1.122** (0.398)
Constante	16.06*** (1.377)	15.84*** (1.316)	14.47*** (1.499)	14.36*** (0.984)	10.50*** (0.901)	11.93*** (1.070)	8.074*** (0.791)	7.871*** (0.774)	7.571*** (0.739)	5.894*** (0.547)	6.984*** (0.618)	5.599*** (0.564)
var(e.horasoferta)	284.6*** (7.785)	297.2*** (5.965)	267.1*** (6.548)	235.7*** (6.469)	235.1*** (6.170)	231.9*** (6.210)	123.5*** (4.634)	140.8*** (4.420)	126.1*** (4.272)	114.8*** (4.785)	124.7*** (4.173)	120.4*** (4.691)
Observações	8039	9543	8917	7483	9329	8776	11142	13312	12895	10684	13323	12856

Erros-padrão entre parênteses
* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Figura 4.2 – Evolução dos coeficientes das variáveis principais dos modelos de seleção de Heckman, por grupos de sexo e raça - Brasil urbano - 2013, 2018 e 2023



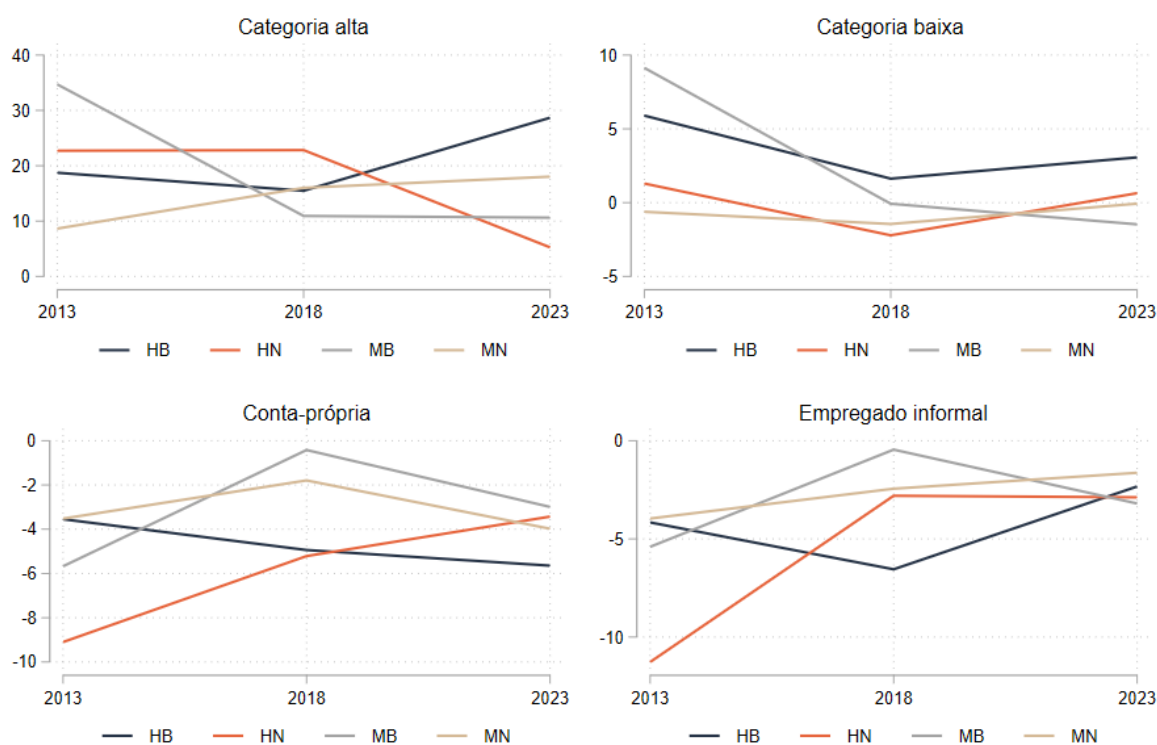
Fonte: PNADC. Elaboração própria.

No que diz respeito aos retornos da educação, observam-se efeitos positivos e estatisticamente significativos para todos os grupos com ensino superior completo, que se consolida como o principal fator associado à escolaridade aqui - se sobressaindo sobre os demais níveis de instrução. Os coeficientes para aqueles com ensino superior completo, que eram maiores entre homens negros e mulheres brancas em 2013, diminuem ao longo do tempo e se tornam menos desiguais entre os grupos, com exceção dos coeficientes observados entre os homens brancos, que aumentam e alcançam retornos salariais ainda maiores em 2018 e 2023, como pode ser observado na Figura 4.2. Já com relação à jornada de trabalho, os efeitos são negativos e estatisticamente significativos para todos os grupos e anos, indicando que maiores jornadas de trabalho estão associadas com menores remunerações por hora trabalhada. A variável de rendimento per capita dos outros membros do domicílio, por outro lado, permanece apresentando efeitos positivos no quintil superior. Nesse quesito, pertencer ao quinto quintil apresentava retornos positivos e significativos, principalmente para as mulheres brancas. Por outro lado, a falta de significância estatística para os coeficientes do primeiro quintil indicam que os efeitos dos rendimento per capita dos outros membros do domicílio são, praticamente, indiferenciáveis entre eles e os quintis intermediários.

Cenário semelhante pode ser observado nos coeficientes da posição na ocupação. Os

retornos de estar ocupado como empregador são positivos e significativos em todos os grupos e anos analisados, exceto entre as mulheres negras em 2023. Esses resultados contrastam com a relativa escassez de efeitos significativos em posições por conta-própria e como empregado informal. Nesses casos, os poucos coeficientes significativos encontrados são negativos, isto é, tendem a apresentar remunerações inferiores às de seus pares ocupados em empregos formais. Na última variável, da categoria socio-ocupacional, encontramos resultados estatisticamente significativos, de maneira consistente, nas ocupações de categoria alta. Neste caso, temos coeficientes positivos, com destaque para mulheres brancas em 2013 e homens brancos em 2023, como pode ser observado na Figura 4.3.

Figura 4.3 – Evolução dos coeficientes das variáveis secundárias dos modelos de seleção de *Heckman*, por grupos de sexo e raça - Brasil urbano - 2013, 2018 e 2023



Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Os resultados apresentados pelas variáveis de rendimento per capita dos demais membros do domicílio, posição na ocupação e categoria socio-ocupacional, no entanto, apresentam uma dinâmica mais interessante de ser observada conjuntamente. Isso porque, nos três casos, apesar das especificidades apresentadas com relação aos grupos de sexo e raça e aos anos, os coeficientes que obtêm significância estatística de maneira consistente são exatamente aqueles relacionados ao "topo" da distribuição de cada variável, ou seja, os coeficientes relacionados ao quinto quintil, à posição de empregador

e às ocupações de categoria alta. Enquanto isso, os demais quintis, posições e categorias apresentam resultados que são, em sua maioria, estatisticamente indiferenciáveis dos grupos "base" das distribuições. Em todos os casos, os efeitos dessas posições superiores são positivos sobre a remuneração por hora de trabalho, refletindo os efeitos das outras estimações apresentadas anteriormente. Essa concentração dos efeitos positivos nas camadas superiores da estrutura ocupacional e de rendimento reforça a leitura de que as oportunidades de inserção mais vantajosas no mercado de trabalho são restritas a um grupo social específico, formado majoritariamente por indivíduos que já acumulam vantagens prévias.

Essas observações, somadas ao que foi apresentado na análise descritiva, principalmente pela Figura 3.10 e pela Figura 3.11, parece consolidar neste trabalho a essência e a caracterização da polarização entre os mais velhos no mercado de trabalho urbano brasileiro. Isto porque torna-se nítido que a diferenciação entre os grupos acontece mais significativamente no topo das distribuições das variáveis. Os resultados estatisticamente significativos e mais destacados são encontrados para aqueles com ensino superior completo, por exemplo, refletindo o observado por Wajnman, Hermeto e Oliveira (2006) no caso brasileiro mas indo em direção contrária ao encontrado por Roy e Barua (2022) para o caso indiano. Enquanto isso, a diferenciação nos estratos intermediários, seja nos rendimentos dos outros membros do domicílio, seja na categoria socio-ocupacional, quando existe, ocorre de forma pontual e pouco expressiva. Esse padrão foi observado em todas as etapas da análise, desde a decisão de participação até os resultados relacionados à remuneração por hora de trabalho. Isso indica que a polarização aqui observada reflete, na verdade, as condições mais favoráveis desfrutadas, majoritariamente, pelos grupos de cima, enquanto a base e o meio apresentam resultados pouco diferenciáveis entre si. A potencial curva em formato de U que era esperada se mostra mais como uma curva que possui uma leve inclinação negativa no meio mas que se destaca por despontar no final, exatamente nos grupos mais privilegiados das distribuições.

Tabela 4.5 – Resultados dos modelos de seleção amostral de *Heckman* para a remuneração por hora de trabalho dos mais velhos, por grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023

	2013				2018				2023			
	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN
<i>Grupos de idade</i>												
60-64	-1.402 (2.175)	-6.286* (2.509)	-2.349 (2.875)	-1.560 (1.379)	-2.061 (1.324)	-5.838** (2.205)	-1.631 (1.541)	-6.193** (1.909)	-4.528 (3.238)	-0.475 (0.845)	-1.874 (1.055)	-1.273 (1.403)
65-69	-6.001* (2.701)	-3.475 (2.762)	-9.672** (3.432)	-4.484** (1.535)	-2.471 (1.556)	-5.000* (2.377)	-4.085 (2.403)	-7.145* (2.844)	-10.22* (4.822)	0.0608 (1.190)	-2.158 (1.400)	-1.778 (1.966)
70-74	-4.142 (3.624)	-5.845 (3.745)	-11.71** (4.423)	-5.493* (2.270)	-3.490 (2.102)	-9.010** (3.484)	-5.728 (3.463)	-11.29* (4.531)	-23.14** (7.498)	-0.999 (1.896)	-3.862 (2.121)	-3.151 (2.631)
75-79	1.603 (4.464)	-8.873 (5.414)	-14.24* (6.090)	-6.971* (3.226)	-5.831 (2.987)	-6.755 (4.970)	-7.442 (4.905)	-13.17* (6.023)	-29.26** (9.562)	-3.070 (2.801)	-5.360 (2.990)	-7.330* (3.642)
80+	-7.714 (6.641)	-12.90 (8.014)	-14.48 (8.801)	-3.519 (3.817)	-9.257* (4.394)	-15.27 (8.101)	17.91** (6.154)	-18.52* (7.966)	-38.07* (15.26)	-4.057 (3.802)	-7.244 (3.955)	-10.75 (5.921)
<i>Região</i>												
Nordeste	-5.131 (4.334)	-9.251 (4.957)	-3.699 (6.340)	-4.072** (1.406)	-1.318 (1.474)	-1.619 (2.427)	-5.445 (3.167)	-3.377 (4.067)	-3.613 (5.967)	-0.116 (1.054)	-1.347 (1.228)	0.135 (1.624)
Sudeste	-3.580 (4.009)	-2.382 (4.520)	3.594 (6.011)	-3.508* (1.487)	0.404 (1.504)	6.867** (2.433)	-5.154 (3.056)	2.864 (3.881)	5.921 (5.847)	0.557 (1.108)	1.993 (1.284)	3.845* (1.722)
Sul	-6.060 (4.013)	-4.751 (4.548)	-1.078 (6.006)	-3.019 (1.969)	1.564 (1.964)	2.393 (3.065)	-4.754 (3.042)	-1.229 (3.894)	6.401 (5.910)	0.442 (1.565)	2.150 (1.690)	4.709* (2.223)
Centro-Oeste	-0.737 (4.525)	-2.162 (5.162)	6.262 (6.657)	0.601 (1.784)	4.513* (1.874)	7.994** (2.949)	0.116 (3.419)	-0.460 (4.370)	6.330 (6.515)	3.747** (1.431)	1.721 (1.568)	3.246 (2.025)
<i>Nível de instrução</i>												
Médio Completo	9.565*** (2.096)	9.055*** (2.483)	8.550** (2.619)	6.585*** (1.397)	5.453*** (1.331)	3.204 (1.930)	3.667* (1.759)	3.903 (2.232)	10.99** (3.376)	4.116*** (1.104)	4.394*** (1.189)	3.640** (1.382)
Superior completo	24.73*** (2.995)	33.76*** (3.647)	36.89*** (3.910)	25.28*** (2.430)	29.48*** (2.246)	30.14*** (3.268)	16.43*** (2.429)	19.97*** (3.061)	30.26*** (4.869)	12.16*** (1.705)	13.55*** (1.741)	18.71*** (2.319)

Continua na próxima página

Tabela 4.5 – Modelos de seleção amostral de *Heckman* para a remuneração por hora de trabalho dos mais velhos, por grupos de sexo e raça - Brasil urbano, 2013, 2018 e 2023 (continuação)

	2013				2018				2023			
	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN	HB	HN	MB	MN
<i>Rend. de outros membros do domicílio</i>												
Primeiro quintil	3.508 (1.806)	5.515** (2.021)	3.604 (2.354)	1.848 (1.007)	1.914 (1.017)	1.718 (1.562)	4.351** (1.426)	6.403*** (1.786)	3.451 (2.458)	0.135 (0.767)	1.754* (0.841)	1.251 (1.104)
Quinto quintil	7.287*** (1.816)	6.375** (2.007)	11.38*** (2.350)	7.179*** (1.395)	5.802*** (1.430)	8.691*** (2.195)	3.407* (1.460)	3.478* (1.773)	5.203* (2.356)	3.888*** (1.042)	5.383*** (1.148)	6.607*** (1.502)
Jornada de trabalho	-0.583*** (0.0553)	-0.443*** (0.0665)	-0.614*** (0.0765)	-0.223*** (0.0335)	-0.299*** (0.0360)	-0.387*** (0.0553)	-0.188*** (0.0400)	-0.330*** (0.0503)	-0.669*** (0.0690)	-0.176*** (0.0238)	-0.213*** (0.0254)	-0.241*** (0.0342)
<i>Posição ocupação</i>												
Empregado informal	-4.162 (2.610)	-11.27*** (3.007)	-5.403 (3.322)	-3.963** (1.506)	-6.550*** (1.590)	-2.805 (2.362)	-0.455 (1.870)	-2.444 (2.296)	-2.331 (3.095)	-2.883* (1.135)	-3.200* (1.272)	-1.634 (1.641)
Conta-própria	-3.548 (1.835)	-9.098*** (2.105)	-5.675* (2.448)	-3.521** (1.166)	-4.940*** (1.249)	-5.213** (1.910)	-0.421 (1.528)	-1.794 (1.935)	-5.646* (2.488)	-3.429*** (1.033)	-2.993** (1.130)	-3.978** (1.511)
Empregador	10.77*** (2.397)	11.80*** (2.478)	13.83*** (2.984)	5.504** (1.867)	8.290*** (1.925)	18.33*** (3.253)	9.815*** (2.344)	15.68*** (2.522)	17.26*** (3.537)	7.106** (2.262)	10.87*** (2.011)	3.101 (3.335)
<i>Categoria socio-ocupacional</i>												
Baixa	5.900 (8.459)	1.299 (14.70)	9.137 (12.70)	-0.619 (5.550)	1.625 (5.292)	-2.213 (5.774)	-0.0743 (2.458)	-1.447 (2.862)	3.068 (3.748)	0.641 (1.161)	-1.470 (1.312)	-0.0678 (1.622)
Média	12.41 (8.731)	7.105 (14.89)	13.82 (13.00)	1.944 (5.759)	5.164 (5.497)	1.232 (6.347)	4.624 (3.000)	6.301 (3.499)	13.15** (4.679)	1.657 (1.626)	6.601*** (1.892)	4.717 (2.413)
Alta	18.74* (8.687)	22.72 (14.87)	34.72** (13.04)	8.640 (5.802)	15.48** (5.602)	22.83*** (6.490)	10.93*** (2.922)	16.01*** (3.534)	28.68*** (4.672)	5.249** (1.733)	10.62*** (1.971)	18.03*** (2.746)
Constante	28.97** (10.42)	20.34 (16.79)	8.343 (15.66)	13.85* (6.533)	14.34* (6.586)	16.94* (8.350)	7.113 (5.725)	8.129 (8.526)	-15.82 (14.56)	9.577*** (2.895)	6.677 (3.853)	3.296 (4.898)
Observações	8004	9489	8883	7424	9284	8733	11064	13234	12845	10624	13270	12806

Erros-padrão entre parênteses
* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar as associações entre as condições sociais e econômicas da população mais velha e seus padrões de ocupação no mercado de trabalho urbano brasileiro, considerando os recortes de raça e gênero. Procurou-se investigar de que forma essa relação se transformou ao longo do tempo, em função das crises econômicas e das reformas institucionais que impactaram o Brasil entre os anos de 2013 e 2023. Como hipótese, buscou-se verificar a ocorrência do processo de polarização entre os mais velhos ocupados. Tal fenômeno se manifestaria, por um lado, na participação motivada pela necessidade econômica e financeira do domicílio, relacionada ao grau de dependência em relação aos rendimentos do trabalho do indivíduo analisado. Por outro, entende-se que os domicílios com rendas mais elevadas também concentram as melhores condições e oportunidades de ocupação, em linha com o trabalho sobre o acúmulo de vantagens ao longo da vida desenvolvido por Oris, Baeriswyl e Ihle (2021). Dessa forma, tanto a base quanto o topo da distribuição de renda tenderiam a apresentar as maiores taxas de ocupação, em contraste com os indivíduos situados no estratos intermediários da distribuição de renda.

A partir de uma abordagem metodológica que combinou análise descritiva e estimativas por meio de modelos econométricos utilizando os dados de 2013, 2018 e 2023 do suplemento anual de *Rendimentos de Outras Fontes* da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), este trabalho conseguiu mapear os padrões gerais de participação dos indivíduos mais velhos no mercado de trabalho. A análise descritiva permitiu delinear os contornos iniciais das desigualdades entre os grupos de raça e gênero, oferecendo um panorama das condições de ocupação e das diferenças etárias ao longo do tempo. Complementarmente, as regressões permitiram estimar os efeitos das variáveis explicativas selecionadas sobre a probabilidade de ocupação e sobre a qualidade ocupacional dos indivíduos com mais de 54, destacando a influência de atributos como nível de instrução, rendimentos de outras fontes que não a do trabalho e a renda domiciliar líquida per capita nesse processo.

Os resultados evidenciaram que a permanência em atividade no mercado de trabalho após os 54 anos é fortemente mediada pelas condições sociais e econômicas acumuladas ao longo da trajetória de vida, corroborando a tese apresentada por Oris, Baeriswyl e Ihle (2021). A análise conjunta do rendimento per capita dos demais membros do domicílio e da renda do não trabalho, por exemplo, revelou dinâmicas que vão além da explicação puramente financeira da participação, associada com a necessidade dos rendimentos. Isto porque, enquanto o acesso a outras fontes de renda se manteve como um importante desincentivo à permanência, os efeitos da renda domiciliar líquida per capita, isto é, o rendimento dos demais membros do domicílio, demonstraram um padrão mais complexo.

O fato de o quintil superior estar associado a uma maior probabilidade de ocupação indica que, para além da necessidade, há condições mais favoráveis que sustentam a permanência no mercado de trabalho entre os mais privilegiados. Por outro lado, os indivíduos pertencentes à "classe média", representada pelos quintis intermediários, demonstraram menor propensão à ocupação, constituindo um dos principais indícios da ocorrência de um processo de polarização entre os mais velhos no mercado de trabalho.

Esse processo é reforçado pelos resultados dos modelos que analisaram a qualidade das ocupações acessadas. Quando se observa a participação dos indivíduos mais velhos em ocupações de maior categoria socio-ocupacional, percebe-se que os efeitos positivos e estatisticamente significativos estão concentrados nos grupos posicionados no topo das distribuições das variáveis explicativas, como no quinto quintil de renda, na posição de empregador e nas ocupações de categoria alta. Nos demais estratos, os coeficientes se mostram, em geral, estatisticamente indiferenciáveis da base, reforçando a ideia de que a diferenciação mais relevante ocorre entre os grupos mais favorecidos, enquanto base e meio permanecem relativamente homogêneos em suas condições e retornos. Esses resultados caracterizam as especificidades da polarização aqui observada. Adicionalmente, os retornos associados à escolaridade confirmam essa caracterização, já que são os indivíduos com ensino superior completo que apresentaram de forma consistente ao longo do período maior probabilidade de estarem ocupados e de acessarem postos de trabalho mais bem remunerados.

Outro ponto importante diz respeito à jornada de trabalho. A comparação entre os modelos *probit* e *tobit*, somada aos dados apresentados na análise descritiva, evidenciou que a quantidade de horas trabalhadas tem um papel secundário na explicação da permanência dos mais velhos no mercado de trabalho. A decisão de participar, no contexto brasileiro, parece não se configurar como uma escolha plenamente autônoma quanto à intensidade do trabalho, como compreendido do trabalho de Scott (2023). Isso, no entanto, ocorre simultaneamente com a relativa valorização das ocupações informais e por conta-própria, especialmente entre a população negra, o que pode estar relacionado à reconfiguração das ocupações formais ou à emergência de novas formas de inserção econômica após a reforma trabalhista de 2017. Ou seja, mesmo as ocupações por conta própria podem ser dotadas de uma precariedade tal que não permita a realização de jornadas reduzidas de trabalho, prevalecendo o imperativo da necessidade neste caso. Isso reforça a necessidade de se conceber o envelhecimento ativo não apenas sob a ótica da permanência, mas principalmente em termos das condições e da qualidade da ocupação.

Entre 2013 e 2023, os resultados revelam mudanças sutis, mas importantes, nos padrões de desigualdade entre os mais velhos no mercado de trabalho. A influência da renda do não trabalho como fator de desincentivo à ocupação perdeu força ao longo

do tempo, enquanto a renda domiciliar líquida manteve-se relevante apenas no topo da distribuição, reforçando a polarização. Os efeitos da escolaridade permaneceram positivos, mas com sinais de aproximação entre os coeficientes dos diferentes grupos de raça e gênero. Ao mesmo tempo, intensificou-se a penalização dos trabalhadores informais, ao passo que a ocupação por conta-própria passou a se aproximar da ocupação formal, especialmente entre a população negra. No geral, esses resultados indicam uma persistência das desigualdades, mas também sugerem reconfigurações nas formas de inserção dos mais velhos diante das mudanças institucionais e econômicas da última década, principalmente no que diz respeito à precarização das ocupações, em linha com o abordado por Cobo e Oliveira (2024) e por Barrientos, Gorman e Heslop (2003). As desigualdades têm seu pico no ano de 2018, como reflexo da crise de 2015 e 2016, e são atenuadas em 2023, terminando muito próximas do começo do período.

Em síntese, os resultados deste trabalho reforçam a hipótese de que a participação dos indivíduos mais velhos no mercado de trabalho brasileiro está profundamente atravessada por desigualdades de classe, raça e gênero. Tais desigualdades não apenas influenciam quem permanece ativo, mas, sobretudo, definem as condições em que essa permanência se dá. Ao longo da última década, observou-se uma leve atenuação de alguns efeitos entre os diferentes grupos de raça e gênero. Ainda assim, o caráter desigual que dá origem à polarização aqui observada persiste. As penalizações associadas à informalidade se intensificaram, ao passo que a ocupação por conta-própria apresentou uma aproximação, em alguns dos grupos analisados, do padrão das ocupações formais, sugerindo reconfigurações importantes nas formas de ocupação diante das reformas e crises recentes.

Nesse contexto, futuras pesquisas deverão avançar na direção de dar maior robustez à análise ocupacional dos mais velhos, através, principalmente, do refinamento conceitual e empírico para mensuração da qualidade ocupacional neste grupo. Além disso, é essencial aprofundar o debate sobre os efeitos das reformas trabalhistas e previdenciárias, especialmente no que diz respeito à precarização das formas de trabalho na velhice, bem como buscar formas de captar, com maior precisão, os efeitos das trajetórias de vida sobre a participação dos mais velhos no mercado de trabalho brasileiro. Este último ponto, contudo, ainda esbarra na ausência de pesquisas longitudinais no Brasil que permitam a construção de painéis por meio dos quais seja possível acompanhar os indivíduos ao longo do tempo, como é o caso do *Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe* que potencializa as pesquisas desta área nos países europeus. Discutir o envelhecimento ativo, portanto, exige não apenas promover a inclusão produtiva, mas garantir que essa inclusão ocorra de forma digna, considerando as desigualdades acumuladas ao longo da vida e enfrentando as novas desigualdades que se impõem na velhice.

6 REFERÊNCIAS

Acemoglu, D.; Mühlbach, N.; Scott, A. The rise of age-friendly jobs. *The Journal of the Economics of Ageing*, v. 23, p. 100416, 2022. Disponível em: <doi.org/10.1016/j.jeoa.2022.100416>

Appy, B. Previdência: Déficit ou Superávit? O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 fev. 2017. Disponível em: <https://ccif.com.br/wp-content/uploads/2020/06/appy_2017_02_21_previdencia_deficit_superavit.pdf>.

Alcover, C. Bridge employment: transitions from career employment to retirement and beyond. In: Parry, E.; McCarthy, J. (Org.) *The Palgrave handbook of age diversity and work*. Palgrave Macmillan London, p. 225-262, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1057/978-1-137-46781-2>>.

Atalay, K.; Barrett, G. The impact of age pension eligibility age on retirement and program dependence: Evidence from an Australian experiment. *Review of Economics and Statistics*, v. 97, p. 71-87, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/REST_a_00443>.

Barr, N. *The Economics of the Welfare State*. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2004.

Barrientos, A.; Gorman, M.; Heslop, A. Old age poverty in developing countries: Contributions and dependence in later life. *World development*, v. 31, n. 3, p. 555-570, 2003. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(02\)00211-5](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(02)00211-5)>.

Beck, S. Mobility from preretirement to postretirement job. *The Sociological Quarterly*, v. 27, n. 4, p. 515-531, 1986. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.1986.tb00275.x>>.

Bloom, D.; Khoury, A.; Algur, E.; Sevilla, J. Valuing productive non-market activities of older adults in Europe and the US. *De Economist*, v. 168, p. 153-181, 2020. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10645-020-09362-1>>.

Bloom, D.; Canning, D.; Moore, M. Optimal retirement with increasing longevity. *The Scandinavian Journal of Economics*, v. 116, n. 3, p. 838-858, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/sjoe.12060>>.

[//doi.org/10.1590/1413-81232017223.26652016](https://doi.org/10.1590/1413-81232017223.26652016)>.

Corseuil, C.; Franca, M.; Padilha, G.; Russo, F. Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015-2016 e da pandemia de covid-19. In: Silva, S.; Corseuil, C.; Costa, J. (Org.) Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil. Brasília, IPEA, p. 23-40, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12207>>.

Costanzi, R.; Ansiliero, G. Evolução e projeção de longo prazo de contribuintes e beneficiários e implicações para o financiamento da previdência social. Texto para Discussão, n. 2988. Rio de Janeiro: Ipea, 2024. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.38116/td2988-port>>.

Cunha, M.; Vasconcelos, M. Fecundidade e participação no mercado de trabalho brasileiro. Nova Economia, v. 26, n. 1, p. 179-206, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6351/2390>>.

Dudel, C.; Gómez, M.; Benavides, F.; Myrskylä, M. The length of working life in Spain: levels, recent trends, and the impact of the financial crisis. European Journal of Population, v. 34, p. 769-791, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10680-017-9458-9>>.

Elsayed, A.; Grip, A.; Fouarge, D.; Montizaan, R. Gradual retirement, financial incentives, and labour supply of older workers: Evidence from a stated preference analysis. Journal of Economic Behavior Organization, v. 150, p. 277-294, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jebo.2018.01.012>>.

Freire, T. Wage subsidies and the labor supply of older people: Evidence from Singapore's Workfare Income Supplement Scheme. The Singapore Economic Review, v. 63, n. 05, p. 1101-1139, 2018. Disponível em: <doi.org/10.1142/S0217590815500964>.

Gielen, A. Working hours flexibility and older workers' labor supply. Oxford economic papers, v. 61, n. 2, p. 240-274, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/oep/gpn035>>.

Giesecke, M.; Jaeger, P. Pension incentives and labor supply: Evidence from the introduction of universal old-age assistance in the UK. Journal of Public Economics, v. 203, p. 104516, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2021.104516>>.

Goda, G.; Jackson, E.; Nicholas, L.; Stith, S. The impact of Covid-19 on older workers' employment and Social Security spillovers. Journal of population economics, v. 36, n. 2,

p. 813-846, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s00148-022-00915-z>>.

Greene, W.; *Econometrics analysis*. Prentice Hall, Person Series in Economics, 7^a ed., 2011.

Hayward, M.; Hardy, M.; Liu, M. Work after retirement: The experiences of older men in the United States. *Social Science Research*, v. 23, n. 1, p. 82-107, 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.1006/ssre.1994.1004>>.

Heckman, J. Sample Selection Bias as a Specification Error. *Econometrica*, v. 47, n. 1, p. 153–161, 1979. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/1912352>>.

Kondo, A.; Shigeoka, H. The effectiveness of demand-side government intervention to promote elderly employment: Evidence from Japan. *ILR Review*, v. 70, n. 4, p. 1008-1036, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0019793916676490>>.

Lantz, P.; House, J.; Mero, R.; Williams, D. Stress, life events, and socioeconomic disparities in health: results from the Americans' changing lives study. *Journal of Health and Social Behavior*, v. 46, n. 3, p. 274–288, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/002214650504600305>>.

Küchemann, B. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. *Sociedade e estado*, v. 27, p. 165-180, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000100010>>.

Lavinas, L.; Araújo, E. Reforma da previdência e regime complementar. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 3, p. 615-635, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a09>>.

Li, N. Health and household labor supply: instantaneous and adaptive behavior of an aging workforce. *Review of Economics of the Household*, v. 21, n. 4, p. 1359-1378, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11150-022-09636-4>>.

Lima-Costa, M.; Veras, R. Saúde pública e envelhecimento. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, p. 700-701, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v19n3/15872.pdf>.

Lindeboom, M.; Kerkhofs, M. Health and work of the elderly: subjective health measures, reporting errors and endogeneity in the relationship between health and work. *Journal of Applied Econometrics*, v. 24, n. 6, p. 1024-1046, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/jae.1250>>.

[//doi.org/10.1002/jae.1077](https://doi.org/10.1002/jae.1077)>.

Lozano, M.; Rentería, E. Work in transition: labour market life expectancy and years spent in precarious employment in Spain 1986–2016. *Social Indicators Research*, v. 145, n. 1, p. 185-200, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11205-019-02091-2>>.

Marcondes, M.; Rodrigues, C.; Oliveira, A.; Barbosa, A. Política Nacional de Cuidados na América Latina e no Caribe: análise de design transversal e interseccional. Policy Paper, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Coleção Cátedras, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/8045>>.

Marois, G.; Bélanger, A.; Lutz, W. Population aging, migration, and productivity in Europe. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 117, n. 14, p. 7690-7695, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1073/pnas.1918988117>>.

Mastrobuoni, G. Labor supply effects of the recent social security benefit cuts: Empirical estimates using cohort discontinuities. *Journal of Public Economics*, v. 93, n. 11-12, p. 1224-1233, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2009.07.009>>.

Medeiros, M.; Souza, P.; Castro, F. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 4, p. 971–986, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015204.00362014>>.

Mendes, F. Active ageing: a right or a duty? *Health sociology review*, v. 22, n. 2, p. 174-185, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.5172/hesr.2013.22.2.174>>.

Menezes-Filho, N.; Cabanas, P.; Komatsu, B. A condição “nem-nem” entre os jovens é permanente. INSPER: CPP Policy Paper, n. 7, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.insper.edu.br/handle/11224/6268>>.

Miranda, G.; Mendes, A.; Silva, A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 19, p. 507-519, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-98232016019.150140>>.

Mrejen, M.; Nunes, L.; Giacomini, K. Envelhecimento populacional e saúde dos idosos: O Brasil está preparado? Estudo Institucional n. 10. São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, 2023. Disponível em: <<https://ieps.org.br/estudo-institucional-10/>>.

Myrrha, L.; Turra, C.; Wajnman, S. A contribuição dos nascimentos e óbitos para o envelhecimento populacional no Brasil, 1950 a 2100. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 11, n. 20, p. 37-54, 2017. Disponível em: <<https://revistarelap.org/index.php/relap/article/download/100/301>>.

Najberg, S.; Ikeda, M. Previdência no Brasil: desafios e limites. In: Giambiagi, F.; Moreira, M. (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p. 261-290, 1999. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11314>>.

Nakahodo, S.; Savoia, J. A reforma da previdência no Brasil: estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, p. 45-58, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100003>>.

Oris, M.; Baeriswyl, M.; Ihle, A. The life course construction of inequalities in health and wealth in old age. In: Rojo-Pérez e Fernández-Mayoralas (Org.) *Handbook of active ageing and quality of life: from concepts to applications*. Springer Cham, p. 97-109, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-58031-5_5>.

Park, D. Aging, cognition, and culture: a neuroscientific perspective. *Neuroscience Biobehavioral Reviews*, v. 26, n. 7, p. 859-867, 2002. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0149-7634\(02\)00072-6](https://doi.org/10.1016/S0149-7634(02)00072-6)>.

Pitombeira, L.; Esturião, I.; Hermeto, A.; Rentería, E. Inequalities in retirement pathways: a gender and race analysis among older workers in Brazil. In: *Anais Do XXIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2024. Disponível em: <<https://proceedings.science/encontro-abep/abep-2024/trabalhos?lang=pt-br>>.

Queiroz, B.; Ferreira, M. The evolution of labor force participation and the expected length of retirement in Brazil. *The Journal of the Economics of Ageing*, v. 18, p. 100304, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jeo.2020.100304>>.

Rabaté, S. Can I stay or should I go? Mandatory retirement and the labor-force participation of older workers. *Journal of Public Economics*, v. 180, p. 104078, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2019.104078>>.

Ribeiro, P.; Almada, D.; Souto, J.; Lourenço, R. Permanência no mercado de trabalho e satisfação com a vida na velhice. *Ciência Saúde Coletiva*, v. 23, p. 2683-2692, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.05762018>>.

Robertson, G. Ageing and ageism: the impact of stereotypical attitudes on personal health and well-being outcomes and possible personal compensation strategies. *Self Society*, v. 45, n. 2, p. 149-159, 2017. Disponível em: <[dx.doi.org/10.1080/03060497.2017.1334986](https://doi.org/10.1080/03060497.2017.1334986)>.

Roy, P.; Barua, A. Labour force participation among the elderly in India: what does the latest data show? *International Journal of Social Economics*, v. 50, n. 4, p. 592-605, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/IJSE-06-2021-0350>>.

Ruggles, S. Patriarchy, power, and pay: The transformation of American families, 1800–2015. *Demography*, v. 52, n. 6, p. 1797-1823, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s13524-015-0440-z>>.

Salata, A.; Bringhenti, T.; Miranda, A. Origem Social e Acesso ao Ensino Superior no Brasil entre 1992 e 2022. *Dados*, v. 68, n. 3, p. e20230188, 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.3.376>>

Santinha, G.; Marques, S. Repensando o fenômeno do envelhecimento na agenda política das cidades: a importância da promoção da mobilidade de pedestres. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 16, p. 393-400, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902015135520>>.

Scott, A. Working Life: Labor Supply, Ageing, and Longevity. In: Bloom D.; Sousa-Poza, A.; Sunde, U. (Org.) *The Routledge Handbook of the Economics of Ageing*. Routledge. Routledge International Handbooks. New York: Routledge, p. 329-348, 2023. Disponível em: <doi.org/10.4324/9781003150398>.

Staubli, S.; Zweimüller, J. Does raising the early retirement age increase employment of older workers? *Journal of Public Economics*, v. 108, p. 17-32, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2013.09.003>>.

Teixeira, J. Brazilian housemaids and COVID-19: How can they isolate if domestic work stems from racism?. *Gender, Work Organization*, v. 28, p. 250-259, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/gwao.12536>>.

Trevisan, E; Zantomio, F. The impact of acute health shocks on the labour supply of older workers: Evidence from sixteen European countries. *Labour Economics*, v. 43, p. 171-185, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.labeco.2016.04.002>>.

Turra, C. Os ajustes inevitáveis da transição demográfica no Brasil. *Alternativas para*

uma crise de múltiplas dimensões. In: Andrade e Albuquerque (Org.). Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p. 284, 2018. Disponível em: <<https://cedeplar.ufmg.br/publicacoes>>.

Turra, C.; Queiroz, B.; Rios-Neto, E. Idiosyncrasies of intergenerational transfers in Brazil. In: Lee, R.; Mason, A. (Org.) Population Aging and the Generational Economy. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.4337/9780857930583.00032>>.

Wajnman, S.; Hermeto, A.; Oliveira, E.; Older Brazilians in the labour market: tendencies and consequences. In: Camarano, A. (Org.). Sixty Plus: The elderly Brazilians and their new social roles. IPEA, p. 439-464, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3012>>.

Wang, M. Retirement: an introduction and overview of the handbook. In: Wang, M. (Org.) The Oxford handbook of retirement. New York: Oxford University Press, p. 3-9, 2013.

Watanabe, M.; Yasuoka, M. Elderly Labour and Unemployment. Journal of Interdisciplinary Economics, v. 33, n. 2, p. 200-214, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0260107921989906>>.

Wooldridge, J. Econometric analysis of cross section and panel data. MIT Press, 2010.

Wong, L.; Carvalho, J. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 23, p. 5-26, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982006000100002>>.